

### 3. CIDADE DE MAPUTO. CASO DE ESTUDO

#### 3.1 BREVE ENQUADRAMENTO DA CIDADE

Maputo fica localizada em Moçambique, um país da região da África Austral, situado na costa do Oceano Índico. Com uma superfície de 799.380km<sup>2</sup>, faz fronteira a norte com a Tanzânia, a poente com o Malawi, Zâmbia, Zimbabué e África do Sul e a sul com a Suazilândia e a África do Sul (Figura 12). A nascente, o território é limitado pelo Oceano Índico ao longo de 2515km de costa.

Maputo é a capital de Moçambique e a maior cidade, onde se encontra o centro administrativo, financeiro e mercantil do país. A cidade fica localizada na parte sudeste do país a 120 km da fronteira com a África do Sul e 80 km da fronteira com a Suazilândia.



Figura 12- Enquadramento de Maputo em África, no país e na região.

O município de Maputo é constituído pela cidade de Maputo, Catembe e ilhas (Xefina Grande, Inhaca e dos Portugueses). Possui uma área de 346,77 km<sup>2</sup> e faz fronteira com o distrito de Marracuene, a norte; o município da Matola, a noroeste e oeste; o distrito de Boane, a oeste, e o distrito de Matutuíne, ao sul.

A sua área metropolitana, que inclui o município da Matola, tem uma população de 1 766 823 habitantes. Maputo cidade – a capital – detém o estatuto de província desde 1980<sup>46</sup> (não deve ser confundida com a província de Maputo que ocupa a parte mais meridional do território moçambicano, excetuando a cidade de Maputo) e de autarquia.

<sup>46</sup> Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Popular (CP AP) n° 5/80, de 26/06/1980, publicada no BR n° 025, I Série, 2º Suplemento de 26 de Junho de 1980, pág. 82-(1) a 82-(2).

A cidade é banhada a sul pelo Estuário do Espírito Santo onde os rios Tembe, Umbeluzi, Matola e Infulene desaguam e a nascente pela baía de Maputo. A cidade desenvolve-se sobre uma morfologia diversificada composta por arriba costeira, encosta, vale e planície litoral.



Figura 13 - Enquadramento da cidade de Maputo. Fonte: Fotografia aérea cedida pela FAPF –UEM

Maputo ocupa maioritariamente o topo da arriba costeira limitada entre a cidade da Matola e o Rio Infulene, a poente, e a escarpa, sistema de dunas, mangal<sup>47</sup> e rio Incomáti a nascente.

O clima de Maputo é tropical seco. O período mais quente do ano ocorre entre os meses de novembro a abril e o mais frio, de maio a outubro. A maior precipitação surge nos meses mais quentes, entre novembro e março.

<sup>47</sup> Ecossistema tropical, equivalente ao sapal.

Em termos de organização administrativa o município integra 7 unidades autárquicas: KaMpfumo, Nlhamankulu, KaMaxaquene, KaMavota, KaMubukwana (distritos urbanos), KaTembe e KaNyaka (distritos municipais), para uma população que ultrapassa um milhão de habitantes.<sup>48</sup>

Unidade Administrativa Autárquica	População (Censo 2007)	Bairros/Povoações
Distrito Urbano de KaMpfumo (antigo nº1)	107 530	Central A, B e C; Alto Maé A e B; Malhangalene A e B; Polana Cimento A e B, Coop e Sommerchield.
Distrito Urbano de Nlhamankulu (ou Chamanculo, antigo nº 2)	155 385	Aeroporto A e B; Xipamanine; Minkadjuíne; Unidade 7; Chamanculo A, B, C e D; Malanga e Munhuana.
Distrito Urbano de KaMaxaquene (ou Maxaquene, antigo nº 3)	222 756	Mafalala; Maxaquene A, B, C e D; Polana Caniço A e B e Urbanização.
Distrito Urbano de KaMavota (ou Mavota, antigo nº4)	293 361	Mavalane A e B; FPLM; Hulene A e B; Ferroviário; Lulane; 3 de Fevereiro; Mahotas, Albazine e Costa do Sol.
Distrito Urbano de KaMubukwana (ou Mubukwane, antigo nº5)	290 696	Bagamoyo; George Dimitrov (Benfica); Inhagoia A e B; Jardim, Luís Cabral; Magoanine; Malhazine; Nsalane; 25 de Junho A e B; e Zimpeto.
Distrito Municipal de KaTembe (ou Catembe, antigo nº6)	19 371	Gwachene; Chale; Inguice; Ncassene e Xamissava.
Distrito Municipal de KaNyaka (ou Inhaca, antigo nº7)	5 216	Ingwane; Ribjene e Nhaquene.

Figura 14 – Tabela com a divisão administrativa do Município de Maputo. Os distritos municipais KaTembe e KaNyaka, não estão incluídos na cidade. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maputo>, acedido em 16/01/2013

Considerado um país em vias de desenvolvimento, os indicadores sociais que a cidade Maputo apresenta, apesar de se diferenciar pela positiva das restantes regiões do país, estão aquém dos níveis esperados de qualidade de vida<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> Dados do último censo acedido em [http://www.ine.gov.mz/populacao/projeccoes/proj\\_maputo\\_Cidade/ppq04](http://www.ine.gov.mz/populacao/projeccoes/proj_maputo_Cidade/ppq04) a 12 de Fevereiro de 2010

<sup>49</sup> Por exemplo, o rendimento *per capita* na capital é cerca de 942 meticais, cerca de 28 euros. Outros dados a nível nacional: País apresenta um crescimento económico médio de cerca de 8%; Pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza: 54.7%; Esperança de vida à nascença ronda os 52 anos; Taxa de alfabetização de adultos é de 51.6%; Taxa de mortalidade em crianças com menos de cinco anos: 130/1.000 nados vivos; Prevalência nacional do HIV/SIDA: 15%. Moçambique – Panorama geral consultado em <http://www.unicef.org/mozambique/pt/overview.html> a 6/02/2013

À semelhança do que se passa em muitas cidades capitais de origem colonial no continente africano, especialmente na África subsaariana, Maputo é constituída por duas cidades distintas (Figura 15).



Figura 15 – Diferentes aspetos da cidade de Maputo, A “Cidade de Cimento”, B e C (Sara Cruz) “Cidade de Caniço”.

A cidade é muitas vezes descrita na sua dualidade espacial confrontando uma realidade planeada, estruturada e organizada, provida de equipamentos coletivos, serviços básicos e infraestruturas, a “Cidade Formal” ou “Cidade de Cimento”, em oposição à “Cidade Informal” ou “Cidade de Caniço<sup>50</sup>”, carenciada de serviços básicos (abastecimento de água, saneamento básico, eletricidade) equipamentos e infraestruturas, de crescimento muitas vezes espontâneo (Viana and Brandão Alves, 2006).



Figura 16 - A dualidade socio-espacial de Maputo, a “Cidade de cimento” e a “cidade de caniço”. Fonte: Viana e Rivas Sanz, 2011

Esta dualidade física é também social, encontrando-se a “Cidade de Cimento” maioritariamente ocupada por classes média e alta, com níveis de escolaridade mais elevados

<sup>50</sup> Material utilizado na construção das habitações e abrigos tradicionais. Atualmente estes materiais têm sido substituídos por materiais menos perecíveis, como chapas de zinco, blocos de cimento entre outros.

e um estilo de vida mais ocidentalizado, enquanto na “Cidade de Caniço” vive uma população na sua maioria de baixos recursos, nível de escolaridade menores e com fortes referências rurais.

A “Cidade de Caniço” compreende grosso modo os distritos urbanos Nihamankulu, KaMaxaquene, KaMavota e KaMubukwana, o que representa 962.198 habitantes, cerca de 88% da população e uma área de superior a 75% da cidade. Dada a sua representatividade e uma vez que oficialmente estes espaços são configurados como cidade, na leitura da cidade adotaremos a expressão centro para a “Cidade Formal” ou “Cidade de Cimento” e periferia para a “Cidade Informal” ou “Cidade de Caniço”.

### 3.2 RESENHA HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO URBANÍSTICA DE MAPUTO

A cidade de Maputo, capital de Moçambique, comparativamente a muitas cidades europeias, apresenta uma formação recente. A sua juventude, aliada a um período da história humana em que o registo de acontecimentos se encontra preservado, permite o estudo de uma vasta documentação histórica, quer escrita, quer cartográfica.

Encarada como uma resenha histórica, a evolução urbana da cidade é descrita com base em diversos autores que estudaram a cidade, quer enquanto colónia Portuguesa em diferentes épocas, como João Sousa Morais (2001), de Maria Clara Mendes (1979), Alfredo Pereira de Lima (1969), ou Alexandre Lobato (1968), quer no período pós-independência através de informação contida nas peças escritas e cartografia dos planos de ordenamento do território e estudos sobre a cidade.

A génese da cidade de Maputo radica nas suas condições naturais - uma ampla baía, profunda, ligada ao vasto estuário do Espírito Santo, onde desaguam quatro rios de vales abertos e férteis - e numa estratégia geopolítica, de defesa dos territórios e de base de comércio.

Maputo originalmente Lourenço Marques<sup>51</sup>, enquanto possessão portuguesa, estabeleceu-se na lingueta de areia da Praia do Maxaquene, uma área sem vegetação e envolvida por terrenos relativamente planos, que permanecem grande parte do tempo inundados devido ao escoamento lento das águas (Figura 17).

---

<sup>51</sup> Nome dado em honra do navegador português que fez o levantamento geográfico da região em 1544.

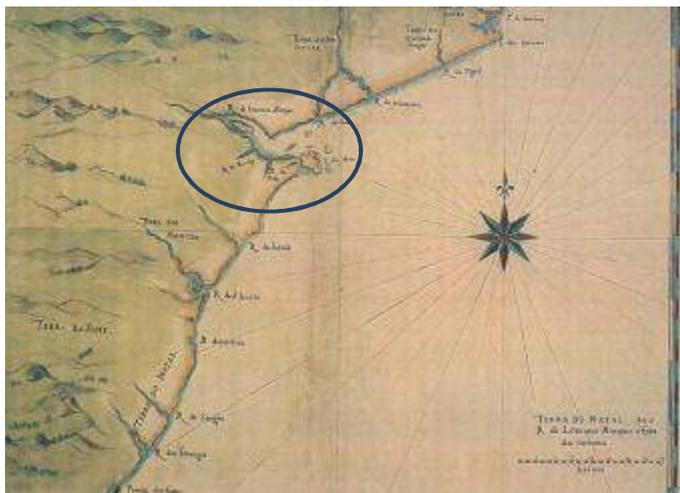


Figura 17 – Terra do Natal<sup>52</sup>. No mapa é visível a baía e uma ilha a meio do estuário, gênese da cidade de Maputo. Fonte: PEUMM, 2008

Implantada na margem esquerda do Estuário, as condições de insalubridade, fruto do pântano que a envolve cedo se revelam. No início, por diversas vezes, é colocada a hipótese de abandonar o local, no entanto, as suas condições naturais e importância geoestratégica prevalecem.

A primeira ocupação portuguesa é concretizada em 1780, por ordem régia, quando se estabelece o presídio na possessão de Lourenço Marques, aniquilada por corsários franceses em 1796. Passados 4 anos, no local do presídio é erguida sob o comando do Tenente Luís José uma “(...) *pequena habitação fortificada para quartel da tropa e feitoria, onde se arvorasse a bandeira portuguesa, como sinal de posse do terreno e sem intenção de fazer resistência a qualquer inimigo.*” (Augusto Castilho, in PDULM, 1969: peça40:4).

No ano de 1815 o presídio sofre melhoramentos e em 1818 a guarnição é reforçada. Nesta altura a povoação ocupa a área entre a atual fortaleza e a estação de caminho-de-ferro. A restinga, onde se encontrava o presídio, estava separada das terras altas do Maxaquene, onde hoje se encontram o Conselho Municipal de Maputo e a catedral, pelo pântano.

Quase isolada nas marés vivas, ficava apenas acessível por um carreiro estreito que ligava a colina entre o cruzamento da Av. Karl Marx com a Av. 25 de Setembro e o presídio (Figura 18). Esta via torna-se essencial depois de beneficiada, pois veio a constituir a Estrada de Lidemburgo (Av. do Rio Tembe), a primeira via de penetração para o Transval<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> Denominação dada pelos Portugueses à região costeira da África do Sul compreendida entre Natal (atual cidade de Durban) e o cabo da Boa Esperança. O nome decorre do dia em que o navegador português Vasco da Gama avistou a baía de Durban, no dia de Natal de 1497.

<sup>53</sup> A “terra para além do rio Vaal” que em 1857 se autoproclamou República Sul-Africana, estado bóer independente na África do Sul, situado na região norte da África do Sul, confinando com Moçambique.



No Plano de enxugo Thomas Hall propõe a abertura de um canal no pântano junto à base da arriba que serviria para a sua drenagem e para prestar serviço à nova cidade projetada no topo do Maxaquene, o Alto de Mavilene, a que chamavam Alto de Buenos Ayres ou Bairro Alto (Figura 19).



Figura 19 - Projeto de expansão de Lourenço Marques, com a nova cidade hexagonal concebida pelo engenheiro inglês Richard T. Hall em 1876. Fonte: AHM

A nova cidade era projetada, no topo do planalto a norte da povoação inicial, em linhas geométricas, em forma de um hexágono regular com centro numa praça de dimensões generosas, para onde convergiam as diversas vias de comunicação. O plano foi abandonado após apresentação de uma solução pelos engenheiros enviados pela metrópole<sup>54</sup>. A simplicidade da solução proposta por esta expedição prevaleceu, e a cidade recebe diversos melhoramentos, nomeadamente o enxugo do pântano principal e aterros que alargam a língua de areia inicial, levando ao afastamento do desenvolvimento de uma nova cidade no Alto de Mavilene.

Em dezembro de 1880 o enxugo do pântano principal está completo e os aterros disponíveis para a construção. A construção da linha férrea tem início em 1884 e, cerca de 10 anos depois, em 1895, o primeiro comboio do Transval chega a Lourenço Marques, transformando a linha férrea no principal acesso marítimo do Transval ao oceano e desenvolvendo o Porto de Maputo.

O reconhecimento da importância da linha férrea na vila leva investidores estrangeiros (sueco Óscar Sommerchild, Transvaal & Delagoa Bay Investment, entre outros) a obter concessões de

---

<sup>54</sup> A expedição de engenheiros enviada pelo Ministro de Andrade Corvo desembarcou a 7 de Março de 1877, sob a chefia do major Joaquim José Machado.

longo prazo, sobre vastas áreas a norte da Ponta Vermelha. Tais cedências irão obrigar mais tarde, a contratos com privados para a expansão de Lourenço Marques.

A vila é elevada à categoria de cidade a 10 de Novembro de 1887 e no ano seguinte é aprovado um plano de urbanização, o “Projecto de Ampliação da cidade de Lourenço Marques”, pela Portaria nº 598 de 1 de Dezembro de 1888, tendo sido publicado quatro anos depois no Boletim Oficial nº 49 de 1892.

Do plano de urbanização, concebido pelo Eng.º Joaquim José Machado e o Eng.º António José Araújo, resulta a atual morfologia da cidade, com um traçado ortogonal e amplas avenidas, não menosprezando a continuidade necessária à estrutura do traçado pré-existente (Figura 20). Esta proposta fica conhecida como “Plano Araújo”, assim apelidado pelo Eng.º A. J. Araújo o ter assinado enquanto diretor das obras públicas.



Figura 20 “Projecto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques”, vulgo Plano Araújo, aprovado oficialmente em 1892. Os quarteirões pré-existentes estão assinalados a cinza. Fonte: PACLM, c.1892

O plano atende à forte vocação portuária, reservando uma área de dimensão considerável de terreno para a Companhia do caminho-de-ferro e Porto de Lourenço Marques a poente do núcleo existente.

A proposta de expansão da cidade estende-se até à atual Av. Eduardo Mondlane, alcançando o planalto, onde é projetada a linha de defesa da cidade. É preconizada a remoção das casas precárias para fora das muralhas, a ampliação do terreno envolvente a estas através da drenagem do pântano, plantação de eucaliptos e a construção de um dique de terra e pedra, conquistando áreas edificáveis ao mar.

Nas novas áreas projetadas apresenta um traçado de aparente rigidez, mas de grande flexibilidade, cortando as artérias sobre o pântano, abre avenidas, com largura de 40m e de

2000m de extensão, ruas transversais com 20m de largura, desenha rotundas, praças, reserva espaços para jardins e protege de construção a encosta da Malanga.

O plano reflete as preocupações higienistas e naturalistas vigentes na Europa, decorrentes da urbanização acelerada da industrialização. No caso de Lourenço Marques, não se trata de uma requalificação urbana, como no caso de Paris de Haussmann, mas da expansão da cidade, seguindo em alguns aspetos o plano de expansão das Avenidas Novas de Ressano Garcia em Lisboa.

Neste período as construções térreas existentes “... darão lugar a grandes casarões de tipo complexo, de dois pisos, com varandas armadas em ferro, debruadas a rendas de madeira. Esses edifícios típicos marcam o começo do século XX.” (PEUMM, 2008:53)

A cidade ganha uma nova dimensão espacial ao abrir extensos eixos viários, desafogados, que se prolongam até aos limites da cidade, articulados com praças e rotundas, sem esquecer a sua arborização. Esta amplitude de espaços abertos, acompanhando as tendências europeias, transforma radicalmente a cidade, acrescentando valor social e ambiental.

Segundo Eduardo de Noronha a expansão realizada, fez “*de uma vila insignificante e tortuosa, uma cidade ocupando uma área de cento e tantos hectares, larga, aberta, ventilada e formosa.*” (PDULM, 1969: peça40:16).

Em sessão camarária em 1891, Araújo apresenta um plano ainda mais audacioso para dotar a cidade alta de avenidas extensas e um “Bois-de-Boulogne”, à semelhança da cidade de Paris, plano que não se viria a concretizar devido a dificuldades financeiras (PDULM, 1969).

O plano teve algumas alterações na fase de execução no entanto foi “... considerado na época o plano urbano mais regular da África do Sul e dos melhores de qualquer parte do mundo.” (PDULM, 1969: peça40:16). A sua execução não foi efetuada na totalidade por dificuldades financeiras mas permitiu o crescimento explosivo que mais tarde Lourenço Marques iria alcançar. Nesta época, a cidade apresenta por vezes, algumas avenidas em terra batida e uma ocupação dispersa do edificado.

O concelho de Lourenço Marques é delimitado por portaria régia a 20 de Abril de 1895 integrando a Ponta Vermelha, um arrabalde da cidade, com reduzido número de edifícios.

A confirmar a dinâmica e importância, a 1 de Dezembro de 1898, a capital da Colónia Portuguesa de Moçambique, é transferida da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques.

Seguem-se quase duas décadas (1885/1902) de significativo crescimento urbano, tendo sido determinante a resposta dada ao nível dos serviços básicos que permitiram um desenvolvimento crescente como água canalizada, telégrafo, sistema de iluminação, rede de transportes públicos em carros elétricos e instalações para o Mercado Municipal e Estação dos Correios (ambos em 1903).

A cidade continua a crescer, em 1914 já tinham sido ultrapassado o limite norte do plano Araújo, alcançando o Alto-Maé. Nesta altura apresenta já 2 pólos, um na parte baixa com base no presídio, e outro no planalto, na Ponta Vermelha, no entanto a partir desta data, com o enxugo do pântano da baixa do Maxaquene e a consolidação das encostas, é antevista a união da cidade baixa com o planalto.

Após a resposta aos serviços básicos, na segunda década do século XX, a cidade é dotada com alguns equipamentos públicos como o hospital (concluído em 1912), a 1ª esquadra da polícia (1914), a estação do caminho-de-ferro (entre 1908 e 1910), mas também de espaços de lazer e turismo como diversos hotéis, clubes, praça de touros e campo de golfe.



Figura 21 – Planta da cidade de Lourenço Marques de 1900, assinalando os terrenos do Governo (salmão) e municipais (verde). Na planta foi evidenciado o raio de delimitação da cidade, a fortaleza e a residência do Governador. Fonte: PEUMM, 2008

Apesar de não existir um plano-base de expansão, existem algumas plantas que esclarecem sobre a forma de crescimento da cidade. As avenidas são prolongadas até ao limite da área urbana, rematadas por um grande arco de circunferência de cerca de 2km com origem na Praça 25 Junho, início nos terrenos do caminho-de-ferro e terminando a nascente, na Ponta Vermelha (Figura 21).

O porto de Lourenço Marques, dinamizador do crescente desenvolvimento da cidade, é alvo de várias propostas de ampliação. A expansão do traçado, em termos de planta, vai crescer em todas as direções, dentro do limite da circunvalação e condicionada à malha urbana projetada.

A partir de 1914 o Estado negocia um contrato de partilha com a Delagoa Bay Lands Syndicate, para expansão da cidade do lado nascente. A malha urbana é estendida, integrando a Ponta Vermelha, quebrando os limites de conformação arredondada da circunvalação.

Por volta de 1925 os limites expandem-se de norte a nascente do hospital, servindo este de charneira para a configuração da nova malha, de menor dimensão que as anteriores, malha urbana que se mantém nos nossos dias (Figura 22).



Figura 22 – Planta Geral da Cidade e Porto de Lourenço Marques, levantamento de 1925. Apresenta as vias traçadas, os talhões demarcados e o início de ocupação edificada.

Nos anos 30 do séc. XX, inicia-se o projeto da atual praça da Independência, no entanto só na década de 40 serão construídos os edifícios dos Paços do Concelho (1947), Catedral (1944) e levantado o monumento a Mouzinho de Albuquerque (1940).

O desenvolvimento do novo eixo cívico de sentido sul-norte, Praça 7 de Março, situada na Baixa (atual 25 de Junho), e a nova Praça Municipal (atual Praça da Independência) foi entregue ao arquiteto e urbanista Luís Cristino da Silva, no início da década de 40 com intenções de conferir monumentalidade ao conjunto (Correia *et al*, s/d).

Neste período ocorre a reformulação e reforço de uma estrutura de espaços públicos, ainda “escassos e de dimensões reduzidas”, concretizada em eixos viários, praças e edifícios (Morais, 2001:130). Estas obras de beneficiação decorrem na cidade planeada para a população colonizadora e estrangeira, não abrangendo a população indígena.

Apesar de não existir uma postura oficial de segregação racial ou social, espacialmente era possível identificar zonas de diferentes classes sociais ou raças, sendo que as mais desfavorecidas se encontravam na periferia.

Segundo Jenkins (2009), até meados da década de 40 do século XX, a falta de estratégia por parte do estado na afetação da terra ou habitação à população “indígena”, levou ao desenvolvimento de um subúrbio dormitório, não planeado, para a população mais carenciada.

Esta população fixa-se na periferia da cidade existente, adjacente a esta, no prolongamento do planalto, em áreas não abrangidas pelos planos de expansão à época. A sua habitação é precária, utilizando os materiais tradicionais, o caniço.

A situação prolongou-se até ao reconhecimento de um pequeno grupo de população africana denominada de “assimilados<sup>55</sup>” que levou à construção de um bairro específico, o “Bairro Indígena” (atual Bairro da Munhuana) entre o centro e o aeroporto (Figura 23).



Figura 23 – Vista aérea do “Bairro Indígena” fotografado por A.W. Bayly and Co. (s/d) Fonte: IICT/ Arquivo Histórico Ultramarino

Nas restantes áreas a situação manteve-se, tendo sido introduzidos alguns condicionamentos aos materiais utilizados, tinham de ser temporários e facilmente removíveis. Estas eram ainda caracterizadas por carências de serviços básicos e infraestruturas, sendo determinadas áreas

---

<sup>55</sup> *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, aprovado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954. O diploma estabelecia três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos. Para a obtenção do estatuto de “assimilado” o indígena tinha de demonstrar um conjunto de requisitos (saber ler e escrever, vestir, professar a mesma religião que os portugueses, manterem padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus entre outros) para poderem usufruir de direitos que estavam vedados aos indígenas não assimilados.

sazonalmente inundadas, devido à sua fisiografia (planalto com depressões de difícil drenagem natural).

A partir dos anos 50, época de maturação tecnológica e técnica, adaptada às condições subtropicais na construção, a “cidade de cimento” evolui em termos imobiliários, e a zona da baixa vê a substituição de muitos edifícios, por outros em altura.

Em 1955, o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, da responsabilidade do Ministério do Ultramar e coordenado pelo Arq. João Aguiar, é aprovado (Figura 24). Concebido entre 1947-1952, projeta o desenvolvimento da cidade a norte e ao longo da costa, com base numa malha radial.

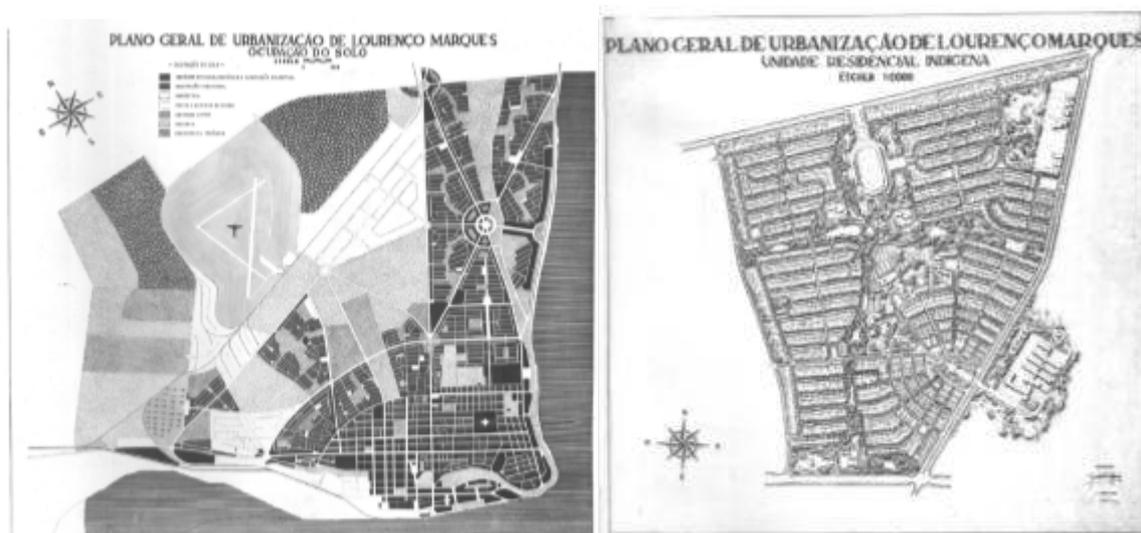


Figura 24 – O “Plano Aguiar”. Proposta de “Ocupação do solo”, à esquerda, e de organização da “Unidade residencial indígena”, à direita. Fonte: PGULM, 1952

Para além do desenvolvimento a norte e ao longo da Costa do Sol, prevê uma “Zona oficial” no aterro do Maxaquene (para a instalação condigna de edifícios oficiais), uma “Zona de centro cívico” existente (área da baixa comercial), e uma nova na Costa do Sol, projetos que pretendiam engrandecer a zona central da cidade oferecendo uma monumentalidade característica do período do Estado Novo.

Na proposta as áreas urbanas mais centrais (“Zona oficial” e “Zona de centro cívico”) são abordadas de modo a reforçar a imponência dos edifícios públicos no entanto apenas alguns edifícios são construídos.

O plano prevê ainda uma “Zona de reserva” imediatamente adjacente à cidade, para futura expansão e uma “Zona rural de protecção” que abrangia desde o limite exterior da cidade e uma linha paralela a este pelo menos com 5km de distância, destinado à protecção do núcleo

urbano e a longo prazo constituir área de expansão. Para assegurar a jurisdição sobre esta última zona, o plano determina a ampliação do limite do concelho.

Baseado no modelo da cidade-jardim, o plano previa núcleos residenciais para indígenas (Figura 24) na periferia com cerca de 15.000 habitantes, isolados da cidade mas com acessos diretos e fáceis. Estes núcleos com cerca de 150ha seriam autossuficientes, servidos por infraestruturas e serviços básicos e dotados de posto administrativo, policial e médico, um parque com escolas, creches, clubes, campos de jogos e estabelecimentos comerciais de todos os ramos de negócio.

De acordo com Jenkins (2009), esta solução nunca foi implementada devido aos custos envolvidos, e à existência de um “lobby” que dependia da exploração desta terra para a população de baixos rendimentos.

Entre 1950 e 1960, a população autóctone cresce de 2% para 8%, atraída pelo desenvolvimento da cidade, observando-se um crescimento urbano periférico à circunvalação da cidade, nos bairros Xipamanine, S. José, Chamamculo, Munhuana, Tlhambane e Mavalane.

Estes bairros apresentam uma malha espontânea, marginal ao planeamento urbano, de configuração orgânica, com carências ao nível dos serviços básicos e infraestruturas. As habitações são de piso térreo, construídas com materiais precários, rodeadas por um “quintal” onde surgem árvores de fruto e se desenvolvem atividades como a confeção de comida e o convívio.

Em meados da década de 60 foi reconhecido que o plano diretor tinha falhado, uma vez que o desenvolvimento demográfico e os condicionalismos da cidade ultrapassam, largamente, o quadro em que este tinha sido concebido. A economia estava a crescer rapidamente e a cidade necessitava de dar resposta rápida ao crescimento populacional.

Nesta altura surge um novo empreendimento na Matola, cidade que limita Maputo a poente, onde foram projetadas áreas residenciais não só para a população de alto e médio rendimento mas também de baixo rendimento, o que nunca tinha sido equacionado em Lourenço Marques. Este empreendimento irá servir de exemplo para o novo plano, o “Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques” (Jenkins, 2009).

Em meados da década de 60, entre 1962/67, o município nos seus serviços desenvolve diversos estudos gerais e parcelares de urbanização da cidade, da autoria dos Arqt.ºs Veiga - Camelo e Fernando Mesquita, onde são equacionados os problemas de relação da cidade com

o espaço envolvente, e é efetuada uma revisão do PGULM definindo localização e faseamento de áreas habitacionais e industriais na cidade.

São reestruturados os grandes eixos viários e o aumento das densidades populacionais das zonas residenciais, tendo sido resolvida a questão da concessão do bairro da Sommerschield. Ainda neste período é desenvolvido o “Plano Regulador da Ocupação do Solo nos Arredores de Lourenço Marques - PROSALM” da autoria da comissão criada para a elaboração do plano (PEUMM, 2008). Estes estudos e planos surgem com uma autonomia da metrópole que não se verificava até então, uma vez que estavam a cargo do Ministério do Ultramar<sup>56</sup>.

O “Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques” de 1969, aprovado em 1972, que abrangia toda a área metropolitana (Figura 25). O plano reuniu uma equipa multidisciplinar, tendo sido realizados vários estudos, incluindo um inquérito<sup>57</sup> sobre o bairro/cidade de caniço e efectuada uma proposta de “upgrade” para as áreas mais próximas da “cidade de cimento” (Azevedo, 1969).

O plano diretor apresenta dois níveis de abordagem, um mais regional e outro à escala da cidade. O primeiro nível visa reequacionar o papel de Lourenço Marques como província ultramarina, e cidade-metrópole de vocação portuária para a África Oriental. Neste nível é apresentado um esquema de estrutura viária, rodoviária e ferroviária destacando as ligações a beneficiar ou criar na vasta área de influência da cidade.

Quanto à escala da cidade, o plano apresenta soluções para a rede viária e um zonamento de grandes manchas, de limites flexíveis, centrado na vocação biofísica do território e uso dominante. Reforça as intenções de expansão para norte da Sommerschield, englobando os terrenos das Mahotas e Machava, dando seguimento ao “Estudo de Urbanização” e PROSALM, e para Catembe, legitimando alguma da ocupação existente.

---

<sup>56</sup> Lourenço Marques, tal como Luanda, adquire o “estatuto de grande cidade” a partir de 1968, regime especial concedido somente a Lisboa e Porto anteriormente.

<sup>57</sup> Levantamento e inquérito à população com o intuito de perceber o funcionamento do “caniço”.

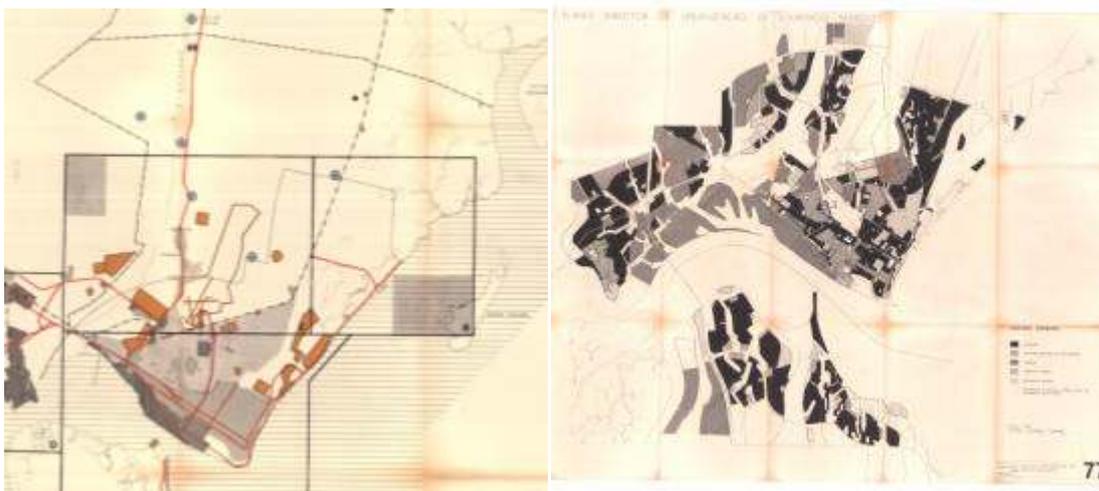


Figura 25 - À esquerda, extrato da planta “Área de Lourenço Marques - Súmula do inquérito”/Peça 30. A mancha cinza claro indica o espaço ocupado pelo “caniço”. À direita, “Esquemas fundamentais – Síntese do zonamento”/Peça 77 Fonte: PDULM, 1969.

O plano consagra como zona comercial toda a Baixa e zona central da cidade até a atual Avenida Eduardo Mondlane, propõe novos equipamentos como uma cidade universitária, beneficiação do aeroporto e deslocação da FACIM (Feira Anual de Comércio e Indústria de Moçambique), libertando terrenos centrais na Baixa de Maxaquene, para a implantação de um parque em contato com o estuário, que fizesse a articulação da área urbana.

Em termos de espaço público aberto destaca as “áreas verdes” onde inclui, assumindo como património natural a preservar, o Parque da Maxaquene e a Ponta Vermelha. Prevê ainda o Parque Central<sup>58</sup>, um espaço de estrutura linear (semelhante a um corredor verde) para o saneamento natural da área de caniço que se desenvolve, em grande parte, no planalto, numa área de depressões topográficas. O plano indica métodos para a melhoria da situação habitacional no “caniço” e contribui para a formulação de uma política habitacional para a população desfavorecida.

O plano identifica também o crescente desenvolvimento das construções em altura para habitação em oposição à “(...) dicotomia entre a verticalização das áreas urbanas associadas a centros cívicos, por oposição a uma horizontalidade que caracterizaria as unidades residenciais.” proposta no “Plano Aguiar” (Tormenta Pinto e Milheiro, 2012).

<sup>58</sup> Este parque central identificado como fundamental para resolução de parte dos problemas de drenagem do caniço nunca foi implementado.

No plano as componentes da indústria e transportes são largamente valorizadas sendo sugeridas áreas para estabelecimento das indústrias e a abertura de novas vias de transporte rápido e de vias secundárias para melhor acesso às áreas periféricas.

Este plano é o primeiro a classificar como zona histórica parte da Baixa, compreendida entre a Av. 25 de Setembro e a Praça dos Trabalhadores, a Rua da Imprensa e o estuário, propondo a pedonalização de algumas das suas ruas.

Segundo o PEUMM este plano viria a ser durante largos anos, mesmo após a independência de Moçambique, o plano seguido no desenvolvimento da cidade.

Em 1975 Portugal reconhece a independência de Moçambique e a 3 de Fevereiro de 1976, o primeiro Presidente da República, Samora Moisés Machel, num comício realizado na capital do país anuncia a mudança do nome da cidade de Lourenço Marques para Maputo, nome do rio que banha a cidade.

A cidade conhece uma nova dinâmica populacional, fruto da descolonização e das suas consequências. Ao abandono da população colonizadora segue a afluência em massa, de população da periferia e áreas rurais, ocorrendo segundo alguns autores uma “ruralização” da cidade (Rosário,1999; Viana e Brandão Alves, 2006).

Segundo Maria dos Anjos Rosário (1999), as causas do aumento abrupto da população nos primeiros anos pós-independência população prendem-se com a insegurança sentida nas áreas rurais causada pela guerra civil de 1976/1992, o crescimento natural da população e a falta de oportunidades de trabalho no mundo rural.

A dicotomia de uma cidade a dois tempos, composta por uma área planeada, infraestruturada e equipada, e outra de cariz espontâneo deficiente nesses mesmos equipamentos e infraestruturas permanece. Segundo Araújo *“Apesar das grandes transformações socio-económicas observadas na cidade após a independência do país e de os residentes do “cimento” terem mudado radicalmente, passando a ser na sua grande maioria, população moçambicana, os contrastes entre a área urbana (o “cimento”) e a suburbana (o “caniço”) mantiveram-se e, em muitas situações agudizaram-se.”* (Mendes de Araújo, 1999:177)

Em 1980, face à manutenção do crescimento acelerado da população, a equipa de planeamento do município demarca mais de 10.000 lotes na área “informal” dotados com algumas infraestruturas básicas e fornece orientações para a autoconstrução das habitações

(Jenkins, 2009). A demarcação destes lotes são efetuadas no sentido norte e nordeste ao longo do planalto, numa quadrícula de malha apertada, ocupando aproximadamente 1100ha<sup>59</sup>.

O “Plano de Estrutura da Cidade de Maputo”, elaborado pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico foi apresentado em 1985 e abrangeu as cidades de Maputo e Matola (Figura 26). Tem como objetivos dar linhas gerais para a expansão urbana e reservar áreas para usos especiais. O enfoque foi dado predominantemente ao espaço urbano, optando por um desenvolvimento linear, assente em vias de comunicação estruturantes.

O plano propõe a formação de uma zona agropecuária, constituída por pequenas quintas, ao longo do rio Infulene e junto à Costa do Sol, que poderiam contribuir para o abastecimento da cidade ocupando a população emigrada do interior, refugiada da guerra civil.

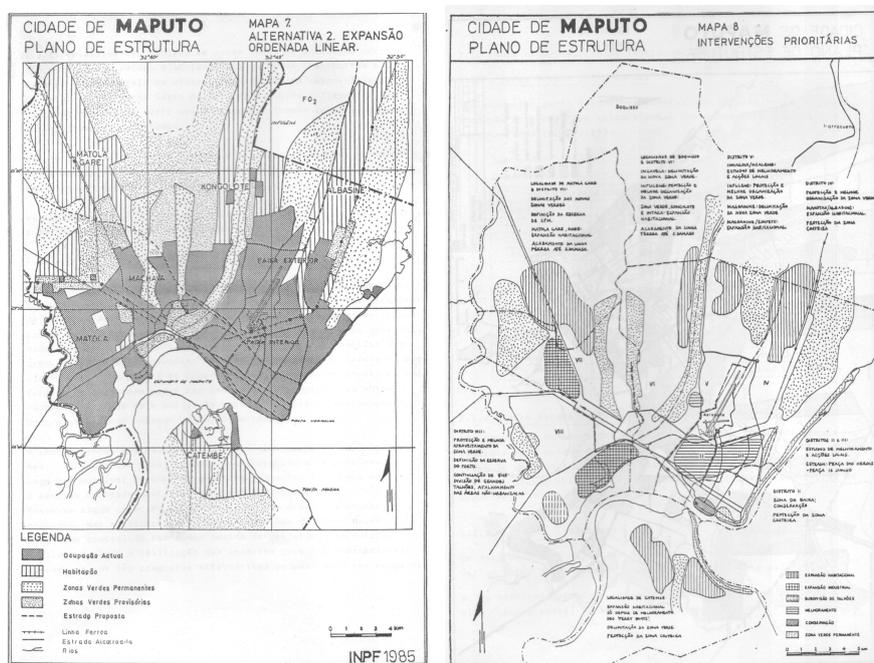


Figura 26 - Mapas 7 e 8 do “Plano de Estrutura da Cidade de Maputo”, respetivamente “Alternativa 2:Expansão ordenada linear” e “Intervenções prioritárias”. Fonte: PECCM, 1985

O plano previa a elaboração de um conjunto de planos diretores distritais, desenvolvidos “à posteriori”. Os planos distritais seriam mais detalhados quanto ao zonamento, criando uma base para o controlo do uso do solo e para a localização dos equipamentos sociais.

Este plano não chegou a ser formalmente aprovado pelo Conselho Executivo, tendo vigorado o plano anterior, no entanto Jadwiga Massinga (2005) identifica determinadas áreas na cidade de Maputo que apresentam soluções deste plano.

<sup>59</sup> Cálculo realizado com base no quadro de Planos Parciais entre 1975 e 1995 para o período compreendido entre 1980/1985, in “Contributo para o Estudo do Planeamento Urbano da Grande Maputo” (AAVV, 1995).

Até ao PDULM, o planeamento da cidade era realizado recorrendo a “Planos de zonas” também conhecidos como “Planos de ocupação do solo”, em que são delimitados diferentes usos do solo, e um regulamento estabelece a intensidade de utilização de cada zona. Em contrapartida após a independência, a natureza do plano é alterada, sendo adotado o “plano de estrutura”, caracterizados por definir objetivos, estratégias e o seu modo de implantação, explicitando os meios a utilizar e o seu faseamento.

Esta mudança na natureza dos planos não foi acompanhada por planos a escalas maiores, de desenho urbano, deixando um vazio neste aspeto, o que pode em parte contribuir juntamente com outros fatores, para a gestão municipal ter continuado a seguir o PDULM.

Em 1999 surge o Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo, elaborado por um consórcio constituído por três empresas: Arcadis Euroconsult, Institute for Housing and Urban Studies (IHS), JTK Associates.

A área do plano abrangia os Municípios de Maputo e da Matola, tendo sido considerados alguns distritos vizinhos da Província de Maputo, como as áreas urbanas de Marracuene-Sede, Matola-Rio e Boane-Sede (Figura 27).

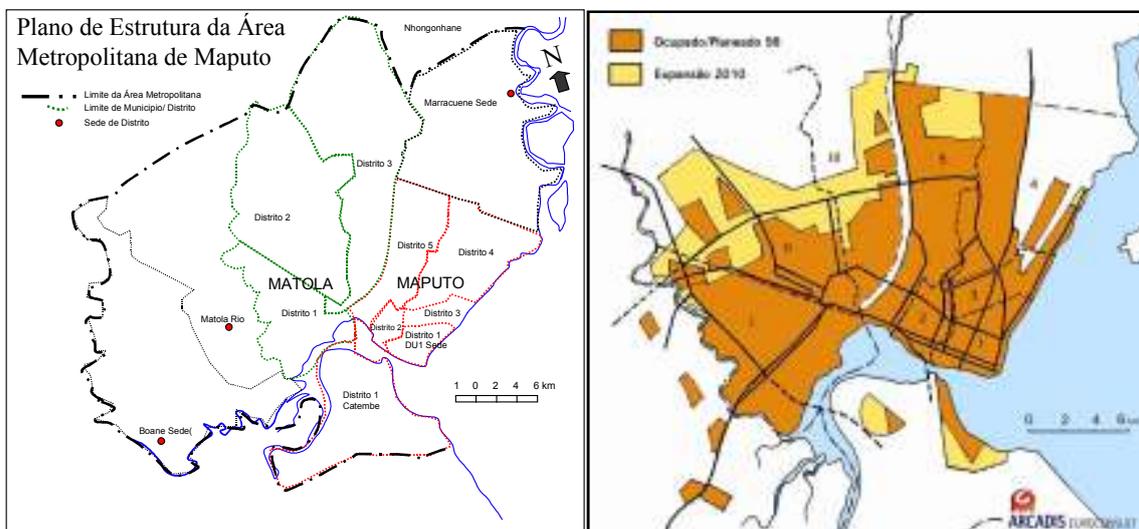


Figura 27 - Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo. Área de intervenção (à esquerda) e proposta do plano (à direita). Fonte: Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo, 1999

Este documento de cariz estratégico vincado foi apresentado sob três formas, planos sectoriais, programas e estratégias, focando principalmente aspetos ligados à administração autárquica. No plano são abordadas questões como áreas da habitação e uso do solo, gestão e planeamento do meio ambiente, dos transportes, infraestruturas e equipamentos sociais. Estas áreas são complementadas com estudos de tendências demográficas, económicas e

financeiras, características socioeconómicas, culturais e as características físico-geográficas da região.

Na análise efetuada pelo PEUMM sobre este plano são identificados os seguintes objetivos:

- Identificação de atividades a ser levadas a cabo pelos governos locais e outras entidades locais no âmbito da gestão do desenvolvimento urbano, e a definição das responsabilidades de cada entidade;
- Recomendações para procedimentos de planificação, programação e coordenação de ações de desenvolvimento urbano a nível local, incluindo mecanismos para a coordenação das ações de planeamento e desenvolvimento dos vários órgãos de governo local e provincial com mandato na Área Metropolitana de Maputo;
- Recomendações específicas sobre o processo local de consulta sistemática às entidades e pessoas interessadas ou afetadas pelo processo de planeamento e desenvolvimento urbano;
- Definição de linhas de orientação para a revisão das posturas, regulamentos e processos administrativos a nível local, relevantes à gestão do desenvolvimento urbano;
- Melhorar a capacidade do pessoal do governo local para o planeamento e gestão do desenvolvimento urbano.

O plano nunca entrou em vigor pois exigia a aprovação e coordenação dos dois municípios abrangidos o que não se efetuou.

Passados 9 anos, é elaborado o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM)<sup>60</sup> por uma equipa pluridisciplinar criada para integrar o Gabinete Técnico do Plano de Estrutura Urbana. A equipa é constituída por docentes de diferentes faculdades da Universidade Eduardo Mondlane e coordenada pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Habitat da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, encontrando-se de momento em vigor.

---

<sup>60</sup> Apesar de manter a nomenclatura de Plano de Estrutura, este plano equivale ao Plano Diretor Municipal em Portugal, quer na sua estrutura, quer em conteúdo.

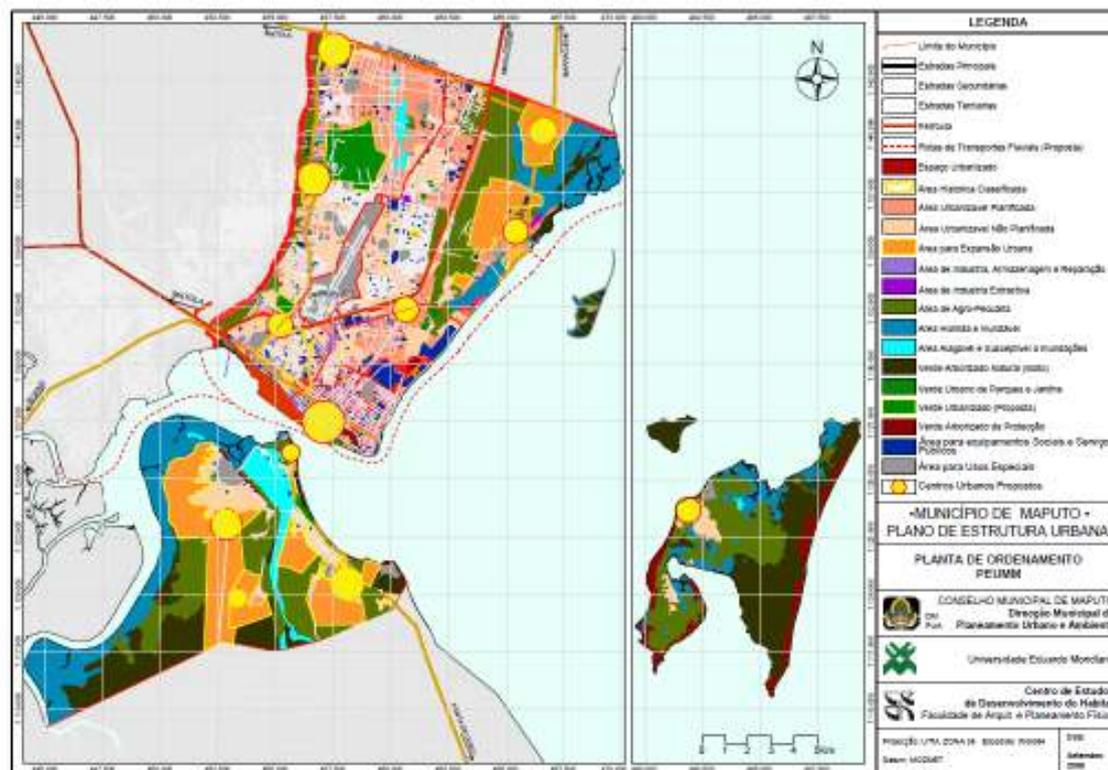


Figura 28 – Planta de Ordenamento do PEUMM 2008.

O plano abrange o concelho de Maputo, constituído pela cidade de Maputo, a Catembe e as ilhas de Inhaca, Portugueses e Xefina. O plano assume-se como um documento orientador e normativo que tem como objetivo principal a reserva de espaços para o desenvolvimento urbano (Figura 28).

O documento define como prioridade a correção dos desvios e das injustiças históricas que a presente estrutura espacial da cidade reflete, estabelecendo como grandes opções que contribuem para a melhoria das condições de vida da população (PEUMM, 2008):

- A requalificação dos bairros periféricos;
- A melhoria da acessibilidade a todas as áreas, ao centro da cidade e das suas ligações com a região e países vizinhos;
- Assegurar o equilíbrio ecológico, a qualidade e a sustentabilidade ambiental;
- A criação de novos centros de atividades económicas e sociais, culturais, recreativas e administrativa;
- A densificação da ocupação do espaço urbano do Maputo;
- O desenvolvimento das infraestruturas e dos serviços urbanos;
- Abertura de novas áreas urbanas estruturadas que absorvam o aumento populacional incluindo áreas reservadas à habitação social;

- Promover a construção da habitação social;
- Assegurar a preservação das qualidades monumentais e do património cultural e histórico que enriquecem e corporizam a memória coletiva da cidade.

A concretização destas opções na cidade inclui entre outros, a expansão urbana em núcleos nas zonas baixas de Catembe e nas proximidades do rio Incomáti, a conversão de 75% do antigo Paiol de Mahlazine num “pulmão verde” para a cidade, a requalificação urbana dos bairros degradados e informais, a ligação viária por ponte entre Maputo e Catembe e a beneficiação de várias vias existentes da rede viária.

### 3.3 UMA LEITURA DA CIDADE

A fundação da cidade de Maputo segue a preferência relatada por diversos autores<sup>61</sup> na implantação das cidades coloniais em locais favoráveis a portos de abrigo, o que se compreende por questões de estratégia geopolítica, como foi dito anteriormente.

Uma leitura da morfologia da paisagem revela como elementos naturais estruturantes a linha de costa e estuarina associada a uma zona costeira de baixa altitude, a extensa plataforma litoral com escarpas impactantes, a colina de Maputo (a Ponta Vermelha) e o rio Infulene.

A fisiografia da cidade é complexa. A zona costeira apresenta uma altitude máxima de 8m, inclinada para o mar, constituída por dunas e aluviões. Nesta zona, na parte nascente da cidade, surge o rio Incomáti, muito meandrizado associado a uma área de grande complexidade hidrológica de estrutura lagunar.

A plataforma litoral, elevada 40 a 50m de altura, com uma ligeira pendente para poente, produz fraturas abruptas no terreno, as barreiras ou escarpas. No seu interior apresenta uma grande ocorrência de depressões, justificada em parte por uma geologia de dunas fixas interiores sem drenagem natural das águas superficiais, intimamente relacionada com a ocorrência de cheias na parte alta da cidade.

A colina de Maputo eleva-se a 50/60 m de altitude, constituindo “(...) *um relevo residual resistente à erosão, provavelmente relacionado com fenómenos de neotectonismo.*” (Momade *et al*, 1996:8).

---

<sup>61</sup> Barbosa, 1993; Mendes, 1980; PDULM, 1969.

Por fim o rio Infulene, a poente, que se encaixa na plataforma litoral, em vale aberto e largos terraços de aluvião recentes (Momade *et al*, 1996).

A esta diversidade morfológica correspondem áreas com valor natural significativo e de maior sustentabilidade ecológica, com enorme potencial para o desenvolvimento de atividades humanas, a que acresce o elevado valor estético.

É neste território que se vai implantar a cidade. Localizado inicialmente no meio do pântano, numa língua de areia, o aglomerado expande-se, alterando a morfologia natural do terreno. A drenagem do pântano e aterros sucessivos permitem conquistar uma área considerável de terreno ao estuário.

Nestes trabalhos são realizadas as primeiras plantações públicas da cidade com o intuito de enxugo dos pântanos da área baixa da cidade, tendo a escolha das espécies recaído sobre o género *Eucalyptus* (Faria, 1971). A conquista desta área permite uma maior coerência territorial à cidade, facilitando a ligação com a plataforma litoral.

O tecido urbano que se estrutura segundo a já analisada grelha reticular do centro é interrompido pelas “Barreiras<sup>62</sup>”, respeitando o carácter do lugar. No entanto, hoje em dia, a crescente densificação da zona de baixa da cidade, (provocada pela sua hegemonia no que respeita a serviços e comércio), vem ocultando aquela que pode ser considerada uma linha natural de referência da cidade, com implicações profundas na imagem urbana (Figura 29).

O mesmo não acontece na Ponta Vermelha, um dos pontos mais elevados da cidade, onde as torres<sup>63</sup> aí implantadas, enfatizam o lugar, criando uma referência imprescindível para a leitura e identidade da cidade.

---

<sup>62</sup> As mencionadas escarpas do levantamento da plataforma litoral.

<sup>63</sup> Conjunto de edifícios-torre com a mesma linguagem arquitetónica.



Figura 29 – Vista aérea sobre Maputo da costa estuarina em 2011. Os edifícios de cêrcea mais elevada na Baixa ocultam a Barreira do Maxaquene.

A praça principal da cidade é outro exemplo da influência exercida pelo sistema natural. Na sua qualidade de cidade costeira, a praça principal sofre um deslocamento típico para a linha de costa tornando-se periférica (Barbosa, 1993).

A sua importância tem diminuído, no entanto permanece um local de referência na cidade onde se instalam edifícios com funções institucionais, comerciais e de serviços. A dinâmica comercial continua a ocorrer, pela apropriação no final do dia para venda de peixe e recebendo todos os sábados o Mercado do Pau<sup>64</sup>.

Apesar da proximidade ao estuário, esta não usufrui da sua presença devido à imposição do Porto de Maputo. De um modo geral a relação da cidade com o Estuário do Espírito na zona da baixa é diminuta devido à extensa área de terreno afeta ao Porto de Maputo.

As restantes praças da cidade não sugerem uma forte relação com a morfologia do terreno. A maioria apresenta-se como praças ajardinadas (com árvores e canteiros no tabuleiro central), em oposição à tipologia tradicional de praça em que predomina o pavimento. Esta unidade encontrada é possível que se prenda com a influência exercida pelas ideologias naturalistas e higienistas vigentes na Europa na altura da sua conceção.

A praça rotunda ou rotunda é outro elemento comum na cidade, muitas vezes com a função principal de nó viário, empobrece a função tradicional da praça, no entanto na toponímia da cidade é-lhe atribuído o nome de praça.

---

<sup>64</sup> O Mercado do Pau é uma feira de artesanato que decorre na praça todos os sábados de manhã.

A malha ortogonal do centro da cidade, é caracterizada na sua parte central por um traçado de avenidas com largura de 30/40m e de 2000m de extensão e ruas transversais com 20m de largura. Gradualmente o traçado que liga ao plano de expansão inicial toma dimensões inferiores ainda na época colonial, mantendo no entanto a ortogonalidade.

As ruas e avenidas de perfil amplo recebem passeios largos e árvores de alinhamento em toda a sua extensão, conferindo à rua condições de maior conforto pelas suas funções de regulação climática e purificação do ar.

No primeiro quartel do séc. XX, altura em que é iniciada a plantação da cidade, esta ganha novas cores com a introdução de Acácia rubra (*Delonix regia*) e Jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), espécies com grande presença na cidade que contribuem fortemente para a sua estética. Para além destas espécies são ainda introduzidas *Grevillea robusta*, Bolôlo (*Hibiscus tiliaceus*) e novamente espécies do género *Eucaliptus* (Faria, 1971).

As espécies dominantes nos arruamentos são exóticas, provenientes da Austrália, da América do Sul e Ásia tropicais. Em menor número surgem as espécies da África tropical e subtropical. Espontâneas de Moçambique utilizadas em arruamento são assinaladas a Chanfuta (*Afzelia quanzensis*) e Tsani (*Dolichandrone alba*) (Faria, 1971).

Esta regularidade de imagem aos poucos tornam-se difusas à medida que se avança do centro para a periferia da cidade, com a proximidade dos bairros mais desfavorecidos, o traçado das ruas torna-se irregular e o seu perfil é drasticamente reduzido por vezes não chegando a 2m.



Figura 30 – Malha urbana orgânica e ortogonal fora do centro da cidade. Fonte: Google Earth acedido a 4/9/2011

Esta realidade é interrompida pelo traçado de vias principais que permitem a deslocação entre distritos municipais ou para fora da cidade e pela demarcação pelo município, na década de 80, de lotes nos bairros desfavorecidos. A periferia planificada organiza o território com uma malha urbana ortogonal de vias com 6 m de largura, tendo na sua envolvência por vezes surgido um fenómeno de replicação do padrão (Figura 30).

Quanto aos eixos viários estruturantes, formam uma rede de vias algo irregular na cidade, provocando por vezes um corte na morfologia do terreno. É o caso da Av. Joaquim Chissano, que no seu percurso em vez de se adaptar à forma do terreno, o corta, criando “feridas” na paisagem urbana. Estas vias por vezes são autênticas barreiras na cidade.

Os bairros da periferia e as vias estruturantes não apresentam qualquer plantação de árvores alinhamento, no entanto a cidade é marcada pela presença constante de vegetação que pontua os espaços abertos de diferentes tipologias e oferece uma continuidade que se revela essencial para o ecossistema urbano (Pimentel, 2012).

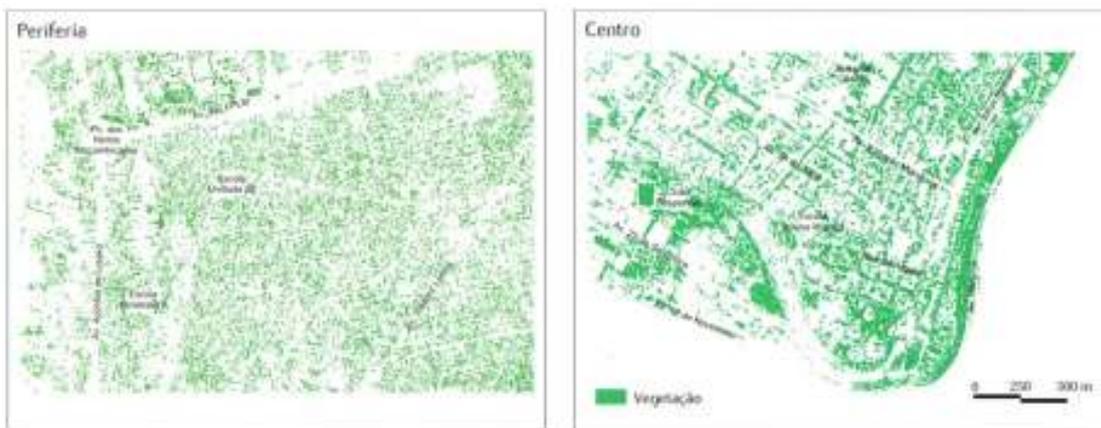


Figura 31 - Índice de vegetação NDVI obtido através de deteção remota em duas áreas distintas da cidade que permite inferir algumas das tipologias de espaço verde. Fonte: Henriques, 2008:53

No centro da cidade a vegetação arbórea confere uma estrutura marcadamente reticular, à qual se sobrepõem manchas arbóreas de maior ou menor dimensão, configuradas em jardins ou por habitats seminaturais (Figura 31).

Os jardins pontuam a cidade, tirando por vezes partido da situação fisiográfica privilegiada em que ocorrem. Ao longo da crista das barreiras os jardins dos Professores e dos Namorados, usufruem, respetivamente, de vistas panorâmicas sobre o estuário ou sobre a baía. Outra situação apresenta o Jardim do Centenário, que numa posição de base da encosta e proximidade do plano de água se abre sobre a baía.

O elenco vegetal nos jardins é predominantemente exótico surgindo apenas espécies nativas de modo mais excecional nos jardins Nangade, Botânico Universitário de Maputo, do IAMM, (AAVV, 1995; Bandeira *et al*, 2007), e nos espaços de enquadramento do Centro de Congressos Joaquim Chissano.

A presença da tipologia jardins públicos circunscreve-se ao centro de Maputo, não ocorrendo nos bairros periféricos, pela sua natureza maioritariamente não planeada, ou com

planeamento reduzido à demarcação dos lotes e algumas infraestruturas. A continuidade da vegetação anteriormente descrita é garantida pelos espaços privados, por espaços institucionais ou pela penetração de habitats seminaturais.

Estes espaços abertos privados têm como principais funções a regulação microclimática, a produção alimentar e o espaço para atividades realizadas ao ar livre, “atividades caseiras<sup>65</sup>” e de lazer. A produção alimentar nestes espaços revestem-se de especial importância pois podem contribuir para a sobrevivência do agregado familiar (Pimentel, 2012).

Nestes ao nível arbóreo é comum encontrar uma forte componente de árvores de fruto como o Abacateiro (*Persea americana*), a Papaeira (*Carica papaya*), o Limoeiro (*Citrus x limon*), o Coqueiro (*Cocos nucifera*), a Mangueira (*Mangifera indica*), a Jaca (*Artocarpus heterophyllus*) ou o Cajueiro (*Anacardium occidentale*), mas também algumas árvores nativas como o Canhoeiro (*Sclerocarya birrea*) ou a Mafurreira (*Trichilia emetica*).

Os habitats seminaturais em conjunto com os miradouros e frentes de água são as tipologias que melhor proveito tiram da morfologia do terreno. O miradouro por definição está intrinsecamente relacionado com pontos mais elevados, que lhe permitem a fruição de vistas panorâmicas. Em Maputo existe um percurso miradouro de que se estende desde o Jardim dos Namorados até à Rampa do Caracol, comumente conhecido como o Largo do Miradouro.

O espaço aberto frente de água está também fortemente relacionada e dependente da morfologia e da presença do plano de água. Esta faixa linear possui diferentes ambiências - com uma linguagem mais formal numa envolvente urbana, desde a extremidade Sul, onde confina com o Porto de Maputo, até próximo da Ponta Vermelha, deste ponto até às proximidades da Rampa do Caracol, apesar de manter a mesma linguagem mais formal com um paredão e Coqueiros (*Cocos nucifera*) em alinhamento, a sua envolvente é mais natural devido à proximidade da Barreira do Maxaquene ao plano de água.

A partir da Rampa do Caracol até à Costa do Sol, a linguagem da frente de água vai alternando, entre o paredão e espaços mais naturalizados com o aparecimento de praias e dunas. A continuidade é oferecida pela Avenida Marginal que nos espaços mais naturalizados, garante o seu percurso.

As condições existentes na envolvente a este troço da frente de água pela sensibilidade ecológica dos habitats presentes, dunas e mangais, aconselham um uso do solo menos

---

<sup>65</sup> Atividades normalmente desempenhadas em espaços interiores nas sociedades ocidentais como a cozinhar, o convívio, etc.

intensivo e humanizado, todavia nos últimos anos tem-se verificado cada vez mais a transformação destes habitats em áreas urbanizadas de funções residenciais e comerciais, como resultado de uma forte pressão imobiliária justificada pela proximidade do plano de água e da existência de solo não edificado.

Os sistemas dunares<sup>66</sup> são constituídos por diferentes comunidades vegetais constituídas por (BANDEIRA, *et al*, 2007):

- Vegetação pioneira das dunas;
- Vegetação arbustiva jovem das dunas;
- Brenha das dunas;
- Mata das dunas.

A vegetação pioneira das dunas aparece desde a linha da praia até às dunas mais altas e consolidadas. Dominam as espécies rastejantes que desempenham um papel primordial na fixação das areias no combate à erosão costeira e é constituída por espécies como: *Canavalia rosea*, *Cyperus crassipes*, *Ipomea pes-caprea*, *Launea sarmentosa*, *Phylohydrax carnosus* entre outras.

Adjacente à vegetação pioneira surge a vegetação arbustiva jovem das dunas, dominada por *Clerodendrum glabrum*, *Diospyros rotundifolia*, *Eugenia capensis*, *Eugenia mossambicensis*, *Mimusops caffra*, *Brexia madagascariensis*, *Tricalisia sonderana* e espécies dos géneros *Pavetta* e *Rhus*.

As brenhas das dunas ou costeiras surge numa faixa estreita, apresenta uma vegetação densa de tendência arbustiva, composta por espécies do estágio que a antecede e exemplares da mata das dunas.

Por último a mata das dunas, representa o clímax da sucessão ecológica, apresenta uma mata fechada de espécies arbóreas e inclui espécies lenhosas como *Mimusops caffra*, *Eugenia capensis*, *Balanites maughamii*, *Carissa bispinosa*, *Garcinia livingstonei*, *Albizia adianthifolia*, *Afzelia quanzensis* ou *Sideroxylon inerme*.

Os sistemas dunares apresentam um importante papel no combate à erosão costeira, pois constituem uma barreira flexível e dinâmica, que permitem assimilar as ondas marítimas, e simultaneamente reduzir a sua velocidade e força (MCHARG, 1967). A sua destruição conduz a

---

<sup>66</sup> Designados de Mosaicos Costeiros na publicação “Flores nativas do Sul de Moçambique”.

uma maior erosão da costa, compromete seriamente a segurança da zona costeira para além da perda de um habitat natural de importância para a conservação da biodiversidade.

A Floresta de mangal ou mangais<sup>67</sup> desenvolve-se pontualmente na foz do rio Infulene e numa extensão mais expressiva, a nascente da cidade na zona costeira. As principais espécies que ocorrem nestes mangais são *Avicennia marinam* (Mangal branco), *Bruguiera gymnorhyza* (Mangal negro), *Ceriops tagal*, *Lumnitzera racemosa*, *Rhizophora mucronata* (Mangal vermelho), *Sonneratia alba* e *Xylocarpus granatum* (BANDEIRA, et al, 2007).



Figura 32 - Mangais de Maputo. Fonte: Ray Langsten, Google Earth, acedido em 2/05/2013

Este ecossistema de elevada produtividade e interesse para a conservação da natureza apresenta também um papel relevante na preservação da linha costeira. A sua redução e desaparecimento deve-se à sobre-exploração dos recursos que fornece e pela drenagem dos terrenos para construção de infraestruturas e edifícios para a expansão urbana.

As barreiras, fruto da elevação da plataforma litoral, também incluídas nos habitats seminaturais, correspondem a escarpas, espaços de rutura morfológica de elevada fragilidade pela sua instabilidade. O seu revestimento vegetal é fundamental na proteção contra a erosão e desabamentos. Na cidade a barreira com mais impacto é a do Maxaquene, que pela sua altura e extensão se impõe na paisagem constituindo como foi dito anteriormente um elemento singular e de identidade na imagem da cidade.

---

<sup>67</sup> A floresta de mangal é um ecossistema costeiro de transição entre o ambiente terrestre e marinho das regiões tropicais e subtropicais. É composto por uma variada comunidade permanente de organismos aquáticos e terrestres adaptados a águas quentes, salgadas e pobres em oxigénio. A vegetação compreende vários estratos (arbóreo, arbustivo, herbáceo e lianas). Os mangais têm como correspondente no Mediterrâneo o sapal.

No seu conjunto estes habitats seminaturais desempenham funções relevantes para a manutenção dos sistemas biofísicos fundamentais no funcionamento da paisagem urbana, para a manutenção e aumento da biodiversidade e de proteção contra erosão.

Os espaços de produção da cidade encontram-se dispersos no espaço público e privado. As hortas urbanas ou machambas<sup>68</sup> são a tipologia mais comum surgindo com grande expressão ao longo do rio Infulene e na baixa das Mahotas no espaço público, e nos quintais privados dos bairros carenciados.

A relação mais próxima com a morfologia do terreno é dada pelas hortas urbanas que se desenvolvem nos sistemas húmidos da cidade, isto é, ao longo do rio Infulene e hortas e habitats seminaturais na baixa das Mahotas. Estas duas áreas têm um papel fulcral na cidade pois pela sua dimensão são importantes espaços de agricultura urbana<sup>69</sup>, abastecendo de frescos a cidade.

Apesar da forte coerência de usos destes espaços e produtividade estes espaços têm sofrido uma forte pressão imobiliária, particularmente a baixa das Mahotas onde se vem verificando novos loteamentos e estão demarcadas novas áreas de expansão no PEUMM, contrariando a aptidão biofísica e comprometendo o planeamento urbano de forma sustentável<sup>70</sup>.

De um modo geral, identificam-se grosso modo, 4 unidades de paisagem distintas: a “zona central da cidade”, mais densa, de grelha ortogonal, onde se encontra grande parte do património cultural, marcados por espaços abertos públicos tradicionais, a “periferia”, mais dispersa e orgânica, carente em infraestruturas, equipamentos e espaços públicos de qualidade, e duas unidades mais lineares e naturais, que correspondem a áreas seminaturais, de maior sensibilidade do ponto de vista ecológico, o “Vale do Infulene” caracterizado por um sistema húmido dominado por hortas urbanas e a “Baixa das Mahotas”, com um mosaico diversificado de mangais, dunas, hortas urbanas e áreas urbanas.

---

<sup>68</sup> Corresponde à horta em ambiente urbano ou rural.

<sup>69</sup> “A agricultura urbana refere-se a atividades relacionadas com a produção de alimentos na cidade e está associada à história das cidades desde a sua origem (...)” (Matos, 2010:198)

<sup>70</sup> A sustentabilidade da paisagem implica a preservação, do funcionamento dos seus ecossistemas, a sua renovação e continuidade dos sistemas naturais que asseguram a vida.

### 3.4 INVENTÁRIO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

A inventariação dos espaços abertos públicos de Maputo nasce da necessidade de aprofundar o conhecimento que é escasso, se encontra disperso e reporta maioritariamente, à época em que a cidade se encontrava sob jurisdição portuguesa. Os trabalhos sobre o tema versavam maioritariamente sobre parques, jardins e arruamentos (Faria, 1971; Gomes e Sousa, 1946).

A conceção do inventário surge como forma de sistematizar a informação já existente, atualizar com novos espaços, fazendo uma reinterpretação das tipologias de espaços abertos públicos existentes, o que permite uma leitura mais abrangente da cidade.

O inventário teve como objetivo o registo técnico-científico de extensão e profundidade possíveis sobre os espaços abertos públicos da cidade de Maputo, nas suas componentes biofísica e antrópica, recorrendo à representação em fichas de caracterização e aos sistemas de informação geográfica para georreferenciação da informação. A figura abaixo (Figura 33) ilustra a metodologia aplicada a este caso de estudo.

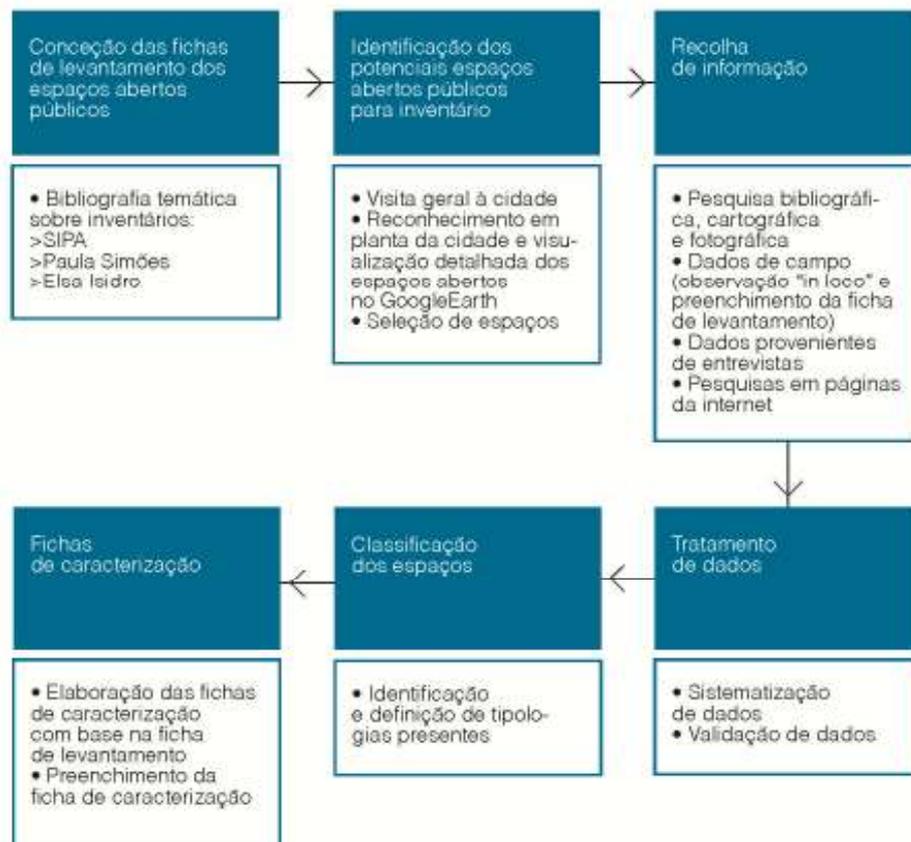


Figura 33 – Metodologia para a Inventariação dos Espaços Abertos Públicos de Maputo.

O trabalho teve início com a *Conceção das fichas de levantamento* (ver Anexo 1 - Ficha de levantamento dos espaços abertos públicos de Maputo), desenhadas de modo abrangente, tendo sido posteriormente adaptadas a fichas de caracterização para responder ao objetivo da publicação.

O trabalho foi baseado numa pesquisa de diferentes fontes destacando-se as fichas do inventário do “Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)” gerido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU), pelos trabalhos para obtenção de um grau académico desenvolvidos pelas Arquitectas Paisagistas Paula Simões e Elsa Isidro, a checklist do “Chão da Cidade, Guia de avaliação do design de espaço público” e a “Ficha de levantamento de espaços verdes da Camara Municipal de Sintra”.

Quando da idealização da ficha de levantamento, existia a ideia de inserir numa publicação em cujos objetivos finais, ou os moldes em que seria realizada, não estavam ainda definidos, pelo que foram criados campos o mais exaustivos possíveis, de modo a abranger a maior quantidade de dados.

A *Identificação dos espaços abertos públicos* consistiu na identificação prévia dos espaços em planta e da sua visualização detalhada sobre fotografia aérea, recorrendo ao GoogleEarth, seguida de uma visita geral à cidade de reconhecimento dos seus espaços abertos públicos e uma seleção dos espaços a integrar no inventário.

Seguiu-se a *Recolha de informação*: dados de campo (observação “in loco”), dados recolhidos em entrevistas junto de instituições, dados provenientes de publicações existentes e pesquisa em páginas da internet.

Os dados de campo foram obtidos por observação direta, com recolha estruturada de informação em fichas de levantamento elaboradas para o efeito onde se encontra a descrição de características gerais, da estrutura, da vegetação, do estado de manutenção, entre outras. Foi realizado um levantamento fotográfico, da envolvente, do seu espaço interior e de pormenores notáveis. Esta fase decorreu ao longo de 1 mês de trabalho de campo realizado no mês de Setembro de 2011.

Quanto às entrevistas estas foram concebidas de forma aberta e semiestruturadas, realizadas ao diretor e a um técnico do Departamento de Edificações, Parques e Jardins e a 3 professores da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico.

A pesquisa bibliográfica foi baseada em publicações, da época colonial e atual, e na compilação de artigos e documentos em revistas e jornais, realizadas pelo Dr. António Sopa do Arquivo Histórico de Moçambique. Na internet foi recolhida informação sobre notícias na cidade, instituições mas também imagens como fotografia aérea ou fotografias antigas.

O *Tratamento de dados* consistiu na compilação de todos os dados das diferentes fontes, o seu cruzamento e a análise. Com base na análise da informação obtida, da sua homogeneização e verificação da coerência foi selecionada a informação relevante para constar nas fichas de inventário.

Após o Tratamento de dados, foi efetuada a *Classificação dos espaços* abertos públicos, identificando e definindo as tipologias presentes neste estudo.

Por último foram elaboradas as *Fichas de caracterização* e efetuado o seu preenchimento. Nesta fase foram ainda selecionadas as fichas de caracterização dos espaços abertos públicos de Maputo para inclusão no capítulo “Os jardins da cidade” da publicação “O verde da Cidade de Maputo”, trabalho que se desenvolverá em colaboração com a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico.

O inventário é composto por um conjunto de registos, estruturado e “normalizado” sob a forma de uma base de dados, composto pelas fichas de caracterização dos espaços abertos públicos da cidade de Maputo e um ficheiro eletrónico com informação geográfica.

#### *3.4.1 Caracterização dos Espaços Abertos Públicos*

Os espaços abertos públicos identificados e levantados no início do trabalho abarcaram as principais tipologias com maior expressão encontradas na cidade de Maputo. O levantamento das ruas e avenidas não foi efetuado uma vez que o tempo disponível para a execução do levantamento não era compatível com a sua vasta rede viária. Assim o levantamento concentrou-se nos espaços identificados pelo Departamento de Edificações, Parques e Jardins do município (maioritariamente jardins) aos quais foram acrescentados outros espaços considerados essenciais para a leitura dos espaços abertos da cidade.

Na inventariação dos espaços abertos foram considerados os espaços abertos públicos e semipúblicos, uma vez que desempenham um papel fundamental na cidade, apresentam maior extensão e visibilidade e maior facilidade na obtenção de dados.

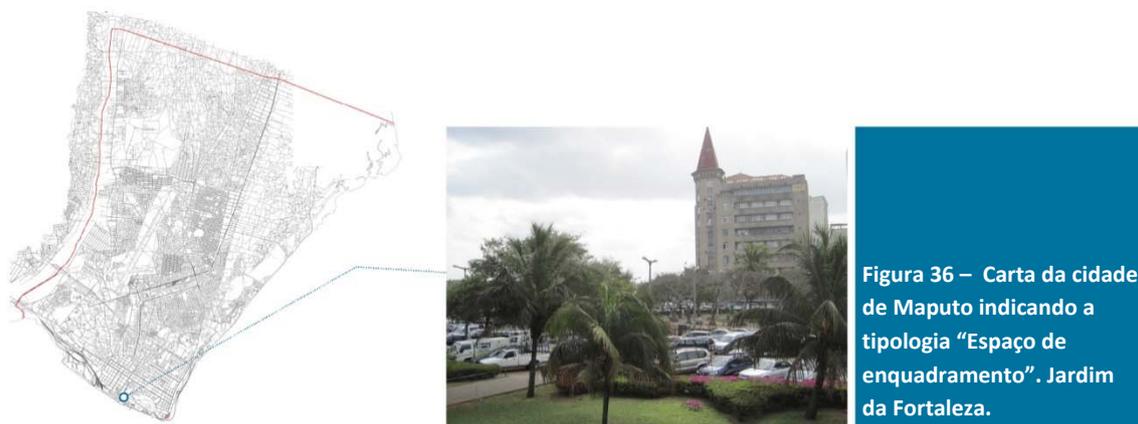
Os espaços que constam no inventário enquadram-se pelas suas características em onze tipologias. Para uma melhor compreensão das tipologias definidas é apresentada uma definição, que não pretende ser exaustiva, que revela o conceito inerente à atribuição das diferentes tipologias:



**Área desportiva ao ar livre** – espaço predominantemente permeável, equipado com estruturas de apoio para acolher atividades desportivas ao ar livre. Nesta tipologia encontram-se espaços dedicados exclusivamente a uma prática desportiva como o campo de golfe ou espaços dedicados a práticas desportivas diversificadas (campos de jogos, circuito de manutenção, ...).



**Cemitério** – espaço geralmente bem delimitado, muitas vezes murado, destinado à sepultura ou guarda de defuntos. Apresenta-se associado à prática religiosa ou fraterna. Espaço de elevada importância social de preservação da memória familiar e coletiva, é uma forma de expressão religiosa, reveladora da perspetiva sobre a vida, reflexo de uma sociedade. A sua localização implica condições ambientais específicas para cumprir a sua função.



**Espaço de enquadramento** – área predominantemente livre cujo objetivo é a valorização de determinado elemento urbano (edifício, construção, monumento, ...), de forma a equilibrar a composição do espaço, com uma componente estética relevante, promovendo a sua integração no tecido urbano. Estes espaços complementares aos objetos que procuram valorizar devem ser considerados parte integrante do conjunto “elemento urbano + espaço de enquadramento”.



**Espaço multifuncional** – espaço a que está associado uma polivalência real ou potencial. Inclui um espaço denominado “Praça da Paz”, cuja imagem e função se aproxima mais do conceito de “Rossio” que de praça<sup>71</sup>, um antigo parque adaptado a espaço de feira de artesanato e gastronomia e ainda, um espaço militar que está ser desmantelado para o qual existe um projeto para criar um parque ecológico com diversas valências.

<sup>71</sup> Na altura do levantamento assemelhava-se a um espaço baldio, degradado e de vegetação insipiente que acolhia periodicamente atividades como feira. Em 2012 foi alvo de uma requalificação para a comemoração dos 20 anos do “Acordo Geral de Paz” assinado em Roma, entre a FRELIMO e a RENAMO, para cessar a guerra civil.



Figura 38 – Carta da cidade de Maputo indicando a tipologia “Frente de água”. Avenida Marginal.

**Frente de água** – faixa marginal a um plano de água<sup>72</sup>, que inclui um passeio marginal. É um elemento estruturante na cidade enquanto fronteira de transição entre a terra e a água. Símbolo de identidade coletiva, a frente de água é vocacionada para o recreio e lazer, em que o plano de água se torna cenário ou motivo de fruição. Frequentemente existe uma separação física bem demarcada do plano de água por elementos construídos tipo muro, “paredão” ou balaustrada. No caso de Maputo, a frente de água e o seu passeio marginal desenvolvem-se ao longo do Estuário do Espírito Santo e da Baía de Maputo.



Figura 39 – Carta da cidade de Maputo indicando a tipologia “Habitat seminatural”. Barreira do Maxaquene.

**Habitat seminatural** – integra um conjunto de espaços que representam ecossistemas frágeis integrados no espaço urbano. Estes espaços pelas suas características apresentam funções importantes na conservação da natureza ao nível da biodiversidade, mas também de segurança pública, atuando na proteção contra erosão, contribuindo como forma de proteção da integridade física de pessoas e bens de acidentes naturais. No caso de Maputo encontram-se escarpas, mangais, áreas inundáveis e sistemas dunares.

<sup>72</sup> Mar, rio, estuário, baía, ...



**Hortas urbanas** – área dedicada à agricultura urbana, predominantemente associadas à produção de alimentos no interior da urbe. As tipologias de produção e formas de exploração que ocorrem nas urbes são já muito diversas; quintais individuais ou familiares, lotes comunitários, hortas pedagógicas, hortas urbanas, viveiros, terraços urbanos, caves agrícolas, microculturas em recipientes de diversa natureza e hidroponia. No caso de Maputo foram identificadas extensas áreas de hortas “urbanas”<sup>73</sup> que ocorrem ao longo do rio Infulene e em áreas inundáveis próximo do rio Incomáti, e um viveiro municipal<sup>74</sup>, dedicado exclusivamente à produção de plantas ornamentais.



**Jardim público** – espaço com identidade própria, fortemente marcado pela presença da natureza, confinado e desenhado propositadamente para fruição, recreio e deleite dos sentidos. É um local de estadia e contemplação, em que, os diversos elementos que o compõem, o céu, a luz, a água, a terra, a pedra e a vegetação apresentam significados

<sup>73</sup> Consideramos neste caso como um espaço de produção, regra geral alimentar, de dimensão variável. São espaços livres na cidade não planeados e independentes de edificado. As áreas no termo urbanas surgem pela dificuldade sentida em apelidar de urbano, áreas que se encontram dentro dos limites administrativos da cidade mas que não oferecem as condições em termos de infraestruturas básicas ou equipamentos inerentes à ideia de cidade.

<sup>74</sup> Este espaço acabou por não ser integrado nesta fase do inventário por não ter sido possível a sua visita em tempo útil e pela sua fraca atividade (justificada em parte pelas sucessivas cheias que tem atingido a área) reportada pelos serviços do Departamento de Edificações, Parques e Jardins, no entanto fica a sua referência.

subjacentes. Dominado pela vegetação a sua seleção e o modo de a dispor é cuidado, de forma a criar ambiências singulares. Este é um espaço concebido para servir uma população ao nível do bairro, apoiado pela existência de equipamentos para as diferentes formas de recreio.



Figura 42 – Carta da cidade de Maputo indicando a tipologia “Jardim educativo”. Jardim Tunduro.

**Jardim educativo** – espaço em que aos atributos do jardim se une o carácter didático, revelando a potencialidade para formar e instruir dentro de áreas científicas, em que as mais comuns são a botânica e zoologia. No caso dos jardins botânicos, a vegetação é apresentada como uma coleção viva documentada, para fins de pesquisa, preservação da biodiversidade, exibição de exemplares e formação científica. Em Maputo existem as duas tipologias mais comuns de jardins educativos, o jardim botânico e o jardim zoológico.



Figura 43 – Carta da cidade de Maputo indicando a tipologia “Miradouro”. Largo do miradouro.

**Miradouro** – local elevado que se destaca na fisiografia de determinado território que permite contemplar vistas panorâmicas sobre o mesmo. O carácter cénico convida o observador a parar e relaxar. Os miradouros integrados no tecido urbano, dependendo da sua localização na cidade, permitem a identificação e reconhecimento de elementos estruturantes do espaço urbano que facilitam uma leitura da cidade. O miradouro tanto pode ser uma tipologia independente ou principal como no caso do Largo do Miradouro, ou um elemento de composição de determinado espaço público, como no Jardim dos Professores.



**Praça** – elemento morfológico resultante da organização espacial do edificado, intencionalmente desenhada. Concebida muitas vezes como ponto gerador de uma centralidade, é um lugar de encontro e permanência, de manifestações da vida urbana e comunitária (comemorações, contestações, manifestações culturais, feiras, ...), carregando uma imagem de prestígio. Pode exibir diversas formas, apresenta frequentemente uma forma geométrica regular e plana, associada por vezes a edifícios com funções significativas ou simbólicas mais representativas do aglomerado.

No total foram identificados e levantados 35 espaços abertos públicos, apresentando a sua distribuição por tipologia:

Tipologia	Designação do Espaço Aberto Público
Área de desporto ao ar livre	<u>Clube de Golfe da Polana</u> , Circuito de Manutenção Física António Repinga
Cemitério	<u>Cemitério S. Francisco Xavier</u> , Cemitério de S. José de Lhanguene
Espaço de Enquadramento	<u>Jardim da Fortaleza</u>
Espaço multifuncional	<u>Paiol de Mahlazine</u> , Parque da Paz, FEIMA (Parque dos Continuadores)
Frente de água	<u>Avenida Marginal</u>
Habitat seminatural	<u>Barreira do Maxaquene</u> , Barreira Malanga, (Mangal <sup>72</sup> , Dunas <sup>75</sup> )
Hortas Urbanas	<u>Vale das Mahotas</u> , Vale do Infulene
Jardim público	<u>Jardim Municipal Nangade</u> , Jardim Municipal dos Professores, Jardim dos Cronistas, Jardim dos Namorados, Jardim do Centenário, Jardim da Ponta Vermelha, Jardim do Paraíso <sup>76</sup>

<sup>75</sup> Espaço que pela sua complexidade e dimensão ainda não foi possível efetuar o levantamento.

Jardim educativo	Botânico	<u>Jardim Tunduru</u> , Jardim Botânico Universitário, Jardim Botânico do IIAM
	Zoológico	Jardim Zoológico de Maputo
Miradouro		<u>Largo do Miradouro</u>
Praça		<u>Praça 25 Junho</u> , Jardim das Berlengas, Jardim da Liberdade, Largo do Minho, Largo da Ilha de Moçambique, Largo Nhazónia, Largo do Ribatejo, Largo da Fé, Praça 21 de Outubro, Praça dos Trabalhadores

Figura 45- Quadro dos espaços levantados por tipologia. O sublinhado indica aqueles cujas fichas de caracterização são apresentadas neste relatório.

<sup>76</sup> Espaço não levantado pois não foi possível a sua identificação precisa.



-  Miradouro
-  Frente de água
-  Área desportiva ao ar livre
-  Cemitério
-  Espaço de enquadramento
-  Espaço multifuncional
-  Jardim
-  Jardim educativo
-  Praça
-  Habitat seminatural
-  Hortas urbanas
-  Viveiro municipal \*
-  Limite da cidade

Notas:  
- A delimitação das tipologias são adaptadas do PEUMM 2008.  
- A Frente de água encontra-se sobredimensionada para melhor leitura em planta  
- \* espaço não levantado

### INVENTÁRIO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS DE MAPUTO

Título: LEVANTAMENTO DOS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS  
PLANTA DE TRABALHO - LEVANTAMENTO SETEMBRO 2011

**01**



Base cartográfica: "Norway Mapping Mozambique" Projeção Transversa de Mercator  
UTM Zone36S - Datum Moznet

Escala:  
1:70 000

Foram elaboradas as “Fichas de caracterização dos espaços abertos públicos de Maputo” organizadas em 3 campos principais, “Identificação”, “Caracterização” e “Situação da propriedade”, posteriormente subdivididos em campos secundários.

No campo “Identificação” são focadas questões de nomenclatura do espaço público, oficial e corrente não oficial aplicada, localização a nível geográfico e administrativo, e por último a sua classificação tipológica. Neste campo surge ainda um número que indica o número da ficha de levantamento.

O campo “Caracterização” é o mais complexo e apresenta um resumo dos conteúdos mais significativos, informação descritiva do espaço, funcional e histórica. Nele estão contidos relações contextuais, descrições físicas do espaço, data de construção, uma cronologia do espaço, o regime de proteção (quando existente) e uma bibliografia com os documentos consultados.

Por último, o campo “Situação da propriedade” em que constam a propriedade, gestão e manutenção, dados importantes para os responsáveis pelos diferentes espaços abertos da cidade e para informação da população em geral, no exercício de uma cidadania responsável.

Para uma melhor compreensão do conteúdo de cada um dos campos observe-se a ficha abaixo com as indicações de preenchimento da ficha de caracterização dos Espaços Abertos Públicos de Maputo.

### Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

#### IDENTIFICAÇÃO

N.º

**DESIGNAÇÃO OFICIAL:** Indica o nome consagrado legalmente.

**OUTRAS DESIGNAÇÕES:** Indica outras denominações correntes ou antigas (ex. anteriores à independência de Moçambique) aplicadas ao espaço público.

**COORDENADAS:** Identifica as coordenadas geográficas do centro geométrico do espaço público.

**DISTRITO:** Indica o distrito em que se encontra no município.

**BAIRRO:** Indica o bairro em que se encontra no município.

**ENDEREÇO:** Indica a morada oficial do espaço público ou a sua localização.

**TIPOLOGIA:** Identifica a classificação tipológica do espaço público



Esquema da cidade, orientado a Norte e sem escala, em que é assinalada a localização com um ponto, linha ou polígono assinalado a vermelho.

## CARACTERIZAÇÃO

### ENQUADRAMENTO:

Situa o espaço público na cidade, enfatizando a sua localização face a eixos viários e espaços públicos envolventes. Descreve a malha urbana em que se encontra inserido e identifica edifícios notáveis.

### DESCRIÇÃO:

Caracteriza sucintamente o espaço público atendendo a diversos fatores como a área de implantação, estrutura, limites e acessos, topografia e elementos de composição. Identifica elementos construídos singulares, equipamentos e instalações de apoio, elementos vegetais notáveis ou características particulares relevantes.

### DATA DE CONSTRUÇÃO:

Sempre que possível indica o ano da construção. Quando não aplicável surge a sigla n.a.

### DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

Campo que permite transcrever excertos de textos ou de outra informação relevante (descrições do espaço, artigos de opinião, referência a atividades que aí ocorrem, ...) sobre o espaço público.

### CRONOLOGIA:

Enumera sinteticamente, por ordem crescente, os acontecimentos determinantes para a história e evolução do espaço público. De modo a não sobrecarregar o campo, são indicadas entre parêntesis fontes de informação que surgem desenvolvidas na bibliografia.

### PROTEÇÃO:

Campo que surge apenas quando o espaço público está afeto a um regime de proteção, figura de salvaguarda ou classificação, que influencie a utilização, gestão ou possíveis intervenções no espaço público. Quando existente indica o estatuto e respetivo diploma legal.

### BIBLIOGRAFIA:

Registo sob a forma de referência bibliográfica de documentos, livros, mapas, impressos ou quaisquer gravações em variados meios relacionados com o espaço público e consultados no preenchimento da ficha de caracterização.

Espaço consagrado para a colocação de registos iconográficos representativos legendados. Pode incluir: fotografias aéreas, plantas originais ou esquemas que representem o espaço público, fotografias de elementos marcantes como elementos construídos ou vegetação notável, no passado ou atualidade.

## SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE

**PROPRIEDADE:** Identifica o estatuto atual da propriedade pública (estatal, regional, municipal, entidade pública, associação) ou privada (pessoal singular, igreja, fundação, ...).

**GESTÃO E MANUTENÇÃO:** Indica a entidade responsável pela gestão e manutenção do espaço público.

### 3.4.2 O verde da cidade de Maputo - Aplicação das fichas do inventário

A colaboração na publicação “O verde da cidade de Maputo” é materializada no capítulo “Os jardins da cidade”, através das fichas de caracterização dos espaços abertos públicos constantes no inventário. Os espaços selecionados seguem os critérios, definidos pelos coordenadores do projeto editorial: espaços abertos públicos, de recreio e lazer, em que a vegetação tenha um papel predominante.

Neste sentido “Os jardins da cidade”, são entendidos em sentido lato, abrangendo os diferentes espaços públicos em que a vegetação marca presença. Assim para além do clássico conceito de jardim foram incluídos outros espaços abertos públicos arborizados como praças ajardinadas, miradouros, entre outros.

As fichas de caracterização dos espaços abertos públicos que constarão na publicação a editar foram aplicadas a um universo de 26 espaços (listagem provisória) distribuídos pelas seguintes tipologias área desportiva ao ar livre, espaço de enquadramento, espaço multifuncional, habitat seminatural, jardim público, jardim educativo, miradouro e praça.

Tipologia		Designação do Espaço Aberto Público
Área desportiva ao ar livre		Circuito de Manutenção Física António Repinga
Espaço de enquadramento		Jardim da Fortaleza
Espaço multifuncional		FEIMA (Parque dos Continuadores)
Habitat seminatural		Barreira do Maxaquene, Barreira Malanga
Jardim público		Jardim Municipal Nangade, Jardim Municipal dos Professores, Jardim dos Cronistas, Jardim dos Namorados, Jardim do Centenário, Jardim da Ponta Vermelha, Jardim da Fortaleza
Jardim educativo	Botânico	Jardim Tunduru, Jardim Botânico Universitário, Jardim Botânico do IIAM
	Zoológico	Jardim Zoológico de Maputo
Miradouro		Largo do Miradouro
Praça		Praça 25 Junho, Jardim das Berlengas, Jardim da Liberdade, Largo do Minho, Largo da Ilha de Moçambique, Largo Nhazónia, Largo do Ribatejo, Largo da Fé, Praça 21 de Outubro

Figura 46- Quadro dos espaços a integrar a publicação classificados segundo a sua tipologia.

De seguida, apresentam-se a título de exemplo, uma ficha de caracterização de cada uma das tipologias identificadas no inventário, de modo a ilustrar a informação disponibilizada, onde constam algumas das fichas que integraram a publicação.

A seleção dos espaços abertos públicos constantes nesta dissertação apresenta algumas tipologias e espaços que não integram a publicação “O verde da cidade de Maputo<sup>77</sup>”. A opção prende-se com dois fatores, primeiro por se entender que se devem apresentar todas as tipologias consideradas no inventário e segundo alguns dos espaços abertos públicos não foram selecionados por apresentarem projetos futuros ainda não existentes ou pela insipiência de vegetação arbórea, mas consideramos interessantes de modo a ilustrar a diversidade de situações existentes.

---

<sup>77</sup> Uma vez que Moçambique não ratificou o acordo ortográfico que entrou em vigor em Portugal em 2009, as fichas de caracterização respeitam a ortografia vigente no país.

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

### IDENTIFICAÇÃO

N.º 2

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Clube de Golfe da Polana

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Campo de Golfe da Polana

COORDENADAS: 25º 55' 53.32''S  
32º 37' 04.86''E

DISTRITO: Urbano de KaMubukwana (antigo nº5)

BAIRRO: Polana Caniço "A" e Costa do Sol

ENDEREÇO: Rua do Rio Inhamiara

TIPOLOGIA: Áreas desportivas ao ar livre



### CARACTERIZAÇÃO

#### ENQUADRAMENTO:

A 8 km do centro da cidade, implantado a Nascente desta, o campo de golfe localiza-se entre os bairros residenciais Polana Caniço "A" e a Costa do Sol, numa área parcialmente húmida e inundável.

Ao longo do seu limite Nascente ocorrem machambas (hortas urbanas – ficha n.º 31), uma localização que decorre da disponibilidade de água no solo.

#### DESCRIÇÃO:

O campo de golfe, de forma trapezoidal alongada no sentido NW/SE [1], abrange uma área de aproximadamente 60ha, não vedada com 15 buracos operacionais. Localizado a meia encosta o campo apresenta declives suaves a moderados à qual se apõe a modelação do terreno para a prática da modalidade. A inexistência de vedação permite que seja atravessado pela população dos bairros envolventes.

O campo é cruzado por valas de drenagem em terra que escoam as águas provenientes do bairro da Polana "A" mas também do próprio campo [4].

A área social do campo de golfe, localizada a meio do campo confinando com o limite Nascente, é constituída pelo edifício da "Club House" (desactivada) [3], bar com esplanada, estacionamento automóvel e um espaço individualizado com piscina exterior e parque infantil. A área social denota uma intervenção cuidada ao nível do desenho, materiais e selecção da vegetação. Nesta área ocorre uma maior diversidade de espécies, de diferentes estratos de vegetação e é favorecido o forte carácter ornamental.

O Campo de golfe é pontuado esparsamente por árvores [2], ao longo dos "fairways", na sua maioria exemplares de grande porte da flora autóctone [5] como o Canhoeiro



1. Fotografia aérea com delimitação do Campo de Golfe fonte:Google Earth 2012



2. Vista geral



3. "Putting green" e a "Club House"

(*Sclerocarya birrea ssp. caffra*), Sicómoro (*Ficus sycomorus*), Chanfuta (*Azelia quanzensis*), entre outras.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO:  
1955/1956 - Construção do Campo de Golfe

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

O Clube e o Campo de Golfe da Polana foram fundados em 1895, nos terrenos das instalações fabris da firma P. Santos Gil e nos depósitos da CALTEX. Em 1914 instalaram-se na zona da Concessão da Sommerschild e Polana, com nove buracos, nos actuais terrenos da Igreja de Santo António da Polana e em toda a zona “A” do Bairro dos Cronistas [6, 7].

No actual Campo de Golfe, existe um antigo marco de delimitação da cidade (datado de c.1915) no “fairway” do buraco n.º 9, que assinalava um ponto do arco de circunferência com base na Praça 25 de Junho e 7km de raio.

CRONOLOGIA:

1955 – Início da construção do novo campo de golfe com 18 buracos

1956 – Final das obras; Sede do Clube mantém-se junto ao Clube de Lourenço Marques

1961 – Inauguração da nova sede a 9 de Abril pelo Governador Geral de Moçambique

1963 – Inauguração do parque infantil e piscina

1964 – Construção do “Court de squash”, único em Moçambique à data

2005 – Inundações destroem parcialmente o campo, inutilizando 3 buracos

PROTECÇÃO:

-

BIBLIOGRAFIA:

BRAMÃO, M.H., (s/d), Livro de Ouro do Mundo Português – Moçambique

1963, Estatutos do Clube de Golfe da Polana – Lourenço Marques; Imprensa Nacional de Moçambique

THE DELAGOA BAY BLOG, 2010, Deus, o negócio e o pecado na Rua Araújo em Lourenço Marques, página consultada a 11 Janeiro 2011 em: <http://delagoabayword.wordpress.com/2010/10/08/deus-o-negocio-e-o-pecado-na-rua-araujo-em-lourenco-marques/>

PLANO HIDROGRÁFICO DA PONTA VERMELHA À INHACA, 1942, Ministério das Colónias, Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais



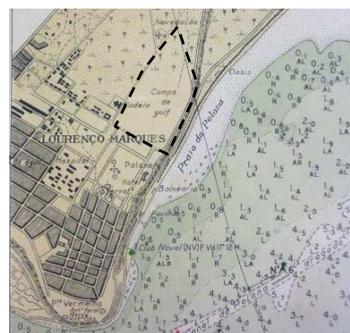
4. Vala de drenagem



5. Canhoeiro, árvore monumental da flora autóctone



6. Antigo campo de golfe na zona da Concessão da Sommerschild e Polana com vista sobre a baía. fonte: The Delagoa Bay Blog



7. Extrato do mapa da cidade com a delimitação do antigo Campo de golfe na zona da Concessão da Sommerschild e Polana (1942) fonte: Plano Hidrográfico da Ponta Vermelha à Inhaca

## SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE

PROPRIEDADE: sem dados

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Clube de Golfe da Polana

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

## IDENTIFICAÇÃO

N.º 07

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Largo do Miradouro

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Rampa da Polana; Caracol; Miradouro Lisboa (antes da independência de Moçambique)

COORDENADAS: 25° 58' 23,88"S  
32° 35' 45,05"E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo nº1)

BAIRRO: Polana Cimento "A"

ENDEREÇO: Av. Friedrich Engels

TIPOLOGIA: Miradouro



## CARACTERIZAÇÃO

## ENQUADRAMENTO:

Localizado no planalto da Polana, do lado Nascente da cidade, o miradouro remata superiormente um troço da *Barreira do Maxaquene* (ficha n.º 27) virada para a Baía de Maputo. A articulação do topo do planalto com a Avenida Marginal é efectuada pela *Rampa da Polana*.

O Miradouro, delimitado pela Av. Friedrich Engels, constitui o limite do tecido urbano consolidado, onde se incluem moradias e prédios (até 5 pisos), com funções residenciais e institucionais.

## DESCRIÇÃO:

Espaço linear que se desenvolve ao longo de cerca de 650m metros, a acompanhar a crista da *Barreira do Maxaquene* e o início da *Rampa da Polana* [1]. A sua posição fisiográfica, de privilégio e domínio sobre a paisagem, proporciona vistas panorâmicas sobre a Baía de Maputo e escarpa [2] o que lhe determina a designação.

O percurso ao longo do miradouro é de nível, delimitado a Nascente por um muro de suporte de arenito vermelho de dimensão variável [3]. O miradouro é pontuado por diferentes espaços de estadia, mais ou menos formalizados, sempre apoiados por bancos dispostos ao longo do passeio, que visam a contemplação da baía.

Entre os diferentes espaços de estadia que surgem ao longo do percurso é de salientar um de maior importância, próximo da *Rampa da Polana*, que revela um cuidado especial na sua composição e elementos decorativos mais expressivos. É um espaço semi-circular contornado pelo exterior por uma pérgula com Baganvília e pontuado ao centro por uma taça envasada [4,7 e 8].



1. Fotografia aérea com delimitação do miradouro fonte:Google Earth 2012



2. Vista sobre a baía e o Clube Naval



3. Muros de suporte do miradouro e ensombramento por Casuarinas

Local de passeio ou *jogging*, o miradouro apresenta uma ambiência agradável, com um ensombramento oferecido pelo alinhamento, simples ou duplo, de árvores adultas em caldeira, Casuarinas (*Casuarina* sp.) e Coqueiros (*Cocos nucifera*) que se dispõem ao longo do percurso, bem como pela tranquilidade proporcionada pelas vistas e sossego da Av. Friedrich Engels. Sempre que o passeio alarga surgem canteiros relvados, por vezes com arbustos e herbáceas, que introduzem maior diversidade de vegetação, cor e textura.

A ligação com a Av. Marginal, que se desenvolve na base da escarpa, é feita por uma rua em curva e contra-curva, razão pela qual também é conhecida como *O Caracol* que permite vencer o declive acentuado (>35%) da escarpa. O troço superior da *Rampa* apresenta um alargamento da via que recebe namoradeiras adoçadas ao muro sem apresentar uma segregação de espaço de circulação de veículos e peões [5]. Na área compreendida entre as duas primeiras curvas, no sentido descendente, surge uma nova área de estadia [6] com vistas privilegiadas sobre a baía.

**DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO:**

1910 - Construção da *Rampa da Polana*, concepção atribuída ao Eng.º Freire de Andrade, na altura Governador-geral de Moçambique (Gomes e Sousa, 1946)

**DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:**

No seguimento de diversas remodelações nos espaços verdes em 1959 o Diário de Moçambique noticia: ... “*O vento da renovação varreu, depois, o Miradouro Lisboa, onde se substituíram plantas nas floreiras e se fez o novo plantio de arbustos e trepadeiras.*”

**CRONOLOGIA:**

1910 - Construção da *Rampa da Polana*

1947 - Conclusão da construção da pérgula

1954 - Consolidação da encosta na zona da Polana com carácter de urgência na sequência de desmoronamento após chuvadas

1959 - Remodelação de plantações

1998 - “Embelezamento da Avenida Friedrich Engels” patrocinado pela Sociedade Alemã-Moçambicana

**PROTECÇÃO:**

-

**BIBLIOGRAFIA:**

AAVV, 1995, Jardins e Arborização de Maputo, in Algumas considerações sobre os problemas do ambiente urbano e rural, Caderno n.º2, Edições FAPF, pp15-16

GOMES E SOUSA, A.F., 1946, Jardins de Moçambique – Jardins de Lourenço Marques, in Moçambique, Documentário Trimestral n.º45, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, pp65-66

DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE, Beira, 22 de Janeiro de 1959, p.8 (recolha do Dr. António Sopa)



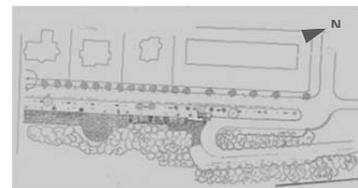
4. Estadia em área de concepção semi-circular com pérgula



5. Namoradeiras no topo da Rampa



6. Espaço de miradouro na curva da Rampa da Polana



7. Planta parcial fonte: AAVV, 1995



8. Miradouro de Lisboa cerca de 1955 (Lu Shih Tung)

---

**SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE**

PROPRIEDADE: Pública Municipal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Moradores

---

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

## IDENTIFICAÇÃO

N.º 09

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Jardim Municipal Nangade

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Jardim Nangade; Jardim Dona Berta ou Jardim Dona Berta Craveiro Lopes (antes da independência de Moçambique)

COORDENADAS: 25º 57' 50,23''S  
32º 34' 49,04''E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo nº1)

BAIRRO: Central "A"

ENDEREÇO: Av. Vladimir Lenine/ Av. Maguiguana

TIPOLOGIA: Jardim público



## CARACTERIZAÇÃO

## ENQUADRAMENTO:

O jardim está localizado no interior do planalto da Polana, no centro da cidade, junto ao cruzamento da Av. Maguiguana com a Av. Vladimir Lenine, um dos principais eixos estruturantes entre o centro e o subúrbio.

Situado numa área de tecido urbano consolidado de funções comerciais e residenciais, o jardim é limitado pelas Av. Vladimir Lenine, a Nascente, e a Av. Maguiguana, a Sul, ambas com edifícios de cêrcea variada (por vezes superior a 8 pisos), e por moradias ou prédios (até 4 pisos), a Norte e Poente.

## DESCRIÇÃO:

O jardim apresenta a forma de um polígono irregular [1] abrangendo uma área aproximada de 6400m<sup>2</sup>, com uma ligeira pendente no sentido Nascente/Poente.

O espaço, delimitado por uma cerca em postes de madeira com cerca de 90cm, é acedido por 4 entradas, e percorrido por caminhos que se desenvolvem de forma orgânica, interligando os múltiplos espaços que ocorrem no jardim [6].

Ao longo dos caminhos surgem espaços de estadia mais abertos [2] ou mais recolhidos e intimistas. No jardim, o ambiente de maior frescura e o contacto com a natureza convidam à permanência, ambiência que é reforçada pela presença de um elemento de água [3] e apoiado pelo parque infantil junto ao limite Poente [4].

A mais recente intervenção fez incluir um edifício térreo, em forma de "L", adossado ao limite Norte, com funções comerciais (restauração e comércio) [5].

O jardim apresenta um certo isolamento do tráfego exterior, proporcionado pela pendente descendente em relação às



1. Fotografia aérea com delimitação do jardim fonte:Google Earth 2012



2. Ambiente geral da utilização do jardim



3. Elemento de água circular com pequena queda de água e repuxo actualmente inactivos

vias e frondosidade da vegetação. O estado adulto da vegetação e o predomínio de espécies de folhagem perene contribuem para o fechamento e escala humana do jardim, conferindo um ambiente tranquilo e ameno, que convida a descobrir os diferentes espaços presentes.

A vegetação do jardim apresenta algumas espécies arbóreas nativas como o Canhoeiro (*Sclerocarya birrea*), mas também diversas espécies exóticas como Mangueira (*Mangifera indica*), Jaca (*Artocarpus sp.*), Pinheiro de Cook (*Araucaria columnaris*), Araucária de Norfolk (*Araucaria heterophylla*), Jacarandá, (*Jacaranda mimosifolia*) ou Eucalipto (*Eucalyptus sp.*). O jardim possui ainda áreas relvadas conjugadas com canteiros de herbáceas e palmeiras, com forte carácter ornamental.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: 1957

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

-

CRONOLOGIA:

1957 – Construção do novo jardim

1958 – Proposta em sessão de Câmara o nome “Jardim Dona Berta Craveiro Lopes”

2008 – Inauguração a 31 Julho após a reabilitação e construção de edifício

PROTECÇÃO:

-

BIBLIOGRAFIA:

AAVV, 1995, Jardins e Arborização de Maputo, in Algumas considerações sobre os problemas do ambiente urbano e rural, Caderno n.º2, pp19-20

DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE, Beira, 12 de Setembro de 1958, p9 (Recolha do Dr. António Sopa)



4. Parque infantil



5. Edifício comercial que inclui um restaurante com esplanada



6. Planta antes da construção do edifício fonte: AAVV, 1995

#### SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE

PROPRIEDADE: Pública Municipal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Concessionário do Bar/Restaurante

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

### IDENTIFICAÇÃO

N.º 10

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Praça 25 de Junho

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Praça 7 Março e Praça da Picota (antes da independência de Moçambique)

COORDENADAS: 25º 58' 26,73''S  
32º 34' 11,79''E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo nº1)

BAIRRO: Central "C"

ENDEREÇO: Praça 25 de Junho

TIPOLOGIA: Praça



### CARACTERIZAÇÃO

#### ENQUADRAMENTO:

Localizada na Baixa de Maputo, no "Centro de Negócios" da cidade, a praça 25 de Junho situa-se no eixo de rotação em 'L' espelhado, entre a Praça da Independência e a Praça dos Trabalhadores.

A praça é delimitada a Sul pelo Porto de Maputo, e marcada a Sudeste pela Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (último quartel do século XVIII), local de fundação e marco histórico da cidade (ficha n.º 15). A Nascente confina com a Av. Samora Machel, um dos principais eixos da baixa, que liga o Conselho Municipal (Praça da Independência) a esta.

Os restantes edifícios que a circundam pertencem maioritariamente à administração local e central, com funções institucionais, comerciais e serviços, de que se destaca o Museu Nacional da Moeda (Casa Amarela), cujo edifício remonta a 1860.

#### DESCRIÇÃO:

Praça de forma próxima da oval (150x60m), com cerca de 0,85ha, plana, delimitada por vias. Espaço simbólico e histórico foi o elemento estruturante da evolução da cidade após as funções de defesa da fortaleza terem passado para a "orla do presídio".

O desenho da praça é simétrico longitudinalmente [2], e delimitado por canteiros rectangulares de dimensões variáveis (entre 10 a 17m de comprimento) cujos intervalos asseguram a ligação com a envolvente. Ao centro um quiosque/café com esplanada, instalações sanitárias, um canteiro de maiores dimensões, e a pontuar os extremos do eixo canteiros circulares, que constituem o plano de enquadramento de um estandarte a Norte e uma árvore a



1. Fotografia aérea com delimitação da Praça fonte:Google Earth 2012



2. Vista aérea em 2003 fonte:FAPF



3. Ambiência da praça na estação seca

Sul.

Apresenta vistas contidas pela edificação de diferentes alturas e pelo Porto de Maputo que se encontra murado, este último, ocultando o contacto visual e físico do estuário do Espírito Santo.

O pavimento é composto por blocos de betão na área central e calçada portuguesa, com motivos decorativos a branco e negro, circundando o exterior da praça, nos diferentes acessos ao interior da praça [5] e pontualmente sob alguns bancos de jardim. A praça apresenta mobiliário urbano, bancos e papeleiras, em materiais pobres e número adequado.

A ambiência de maior frescura é assegurada predominantemente pelo sistema arbóreo, na sua maioria exóticas, que lhe conferem sombra mas também diferentes texturas e cores, na estação húmida. Na estação seca, o copado das árvores oferece grande transparência [4], devido ao domínio de espécies de folha caduca. Entre a grande diversidade de espécies arbóreas é de salientar a Acácia amarela (*Cassia siamea*), o Chapéu-de-napoleão (*Thevetia neriiifolia*), o Pinheiro-de-Norfolk (*Araucaria heterophylla*) e o Coqueiro (*Cocos nucifera*). Os canteiros são maioritariamente relvados, com bordaduras herbáceas ou arbustivas.

O espaço recebe o mercado de artesanato da cidade ao sábado (Mercado do Pau) e durante a semana é apropriado por vendedores de peixe no final do dia.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: 1876/1877

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

Dada a existência da praça no traçado de espaço público desde que as defesas da fortaleza passaram para a “orla do presídio”, a sua evolução, em termos de forma e funções, contribuem para uma leitura da história e vivência na cidade.

Alexandre Lobato (1970) descreve a envolvimento da praça nos seus primórdios “... quando era à antiga portuguesa o Largo do Pelourinho ou Praça da Picota, e ficava entre comboios de casas térreas e toscas e feitorias, sua primeira modesta moldura.” e ainda acrescenta “Pelos regulamentos, não podia haver casas duzentos metros em redor, e por isso se deixou ali ficar o terreiro vazio, com mato riscado a caminhos de areia” .

Enquanto Praça 7 de Março ficou a dever o nome à comemoração da “chegada a Lourenço Marques da expedição de Obras Públicas, em 1877, (a praça) constitui como que a entrada da cidade, dada a sua localização junto do cais.” (Gomes e Sousa, 1946).

Da transformação ocorrida cerca de 1940, Gomes e Sousa afirma “... deixou de ser o que era desde longa data: o ponto de reunião de muitos habitantes de Lourenço Marques. Constituída por duas placas, bem ensombradas por velhas árvores, com três quiosques – um dos quais, de alvenaria, era um bom edifício - com um coreto onde a banda militar dava os seus concertos, a antiga Praça 7 de Março, se não tinha



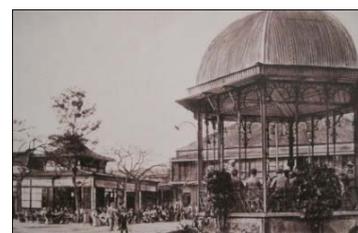
4. Novas plantações na faixa lateral pavimentada a calçada portuguesa. Exterior dos canteiros rectangulares delimitados com buganvílea



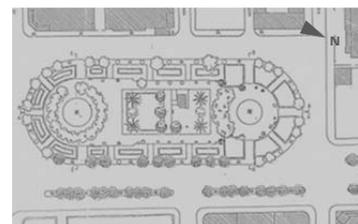
5. Entrada Norte, acesso em calçada



6. Vista aérea, praça constituída por dois espaços (Armindo Afonso, s/d) fonte: Lobato, 1970



7. Coreto e quiosque da antiga Praça (s/d, ...) fonte: Gama, 2006



8. Planta fonte: AAVV, 1995



## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

## IDENTIFICAÇÃO

Nº 11

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Jardim Tunduru

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Jardim Botânico de Maputo; Jardim Municipal, Jardim Municipal Vasco da Gama ou Jardim Botânico de Lourenço Marques (antes da independência de Moçambique)

COORDENADAS: 25º 58' 17,21''S  
32º 34' 25,53''E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo nº1)

BAIRRO: Central "C"

ENDEREÇO: Av. Samora Machel

TIPOLOGIA: Jardim Educativo - Botânico



## CARACTERIZAÇÃO

## ENQUADRAMENTO:

Situado na transição entre a parte alta, planalto, e a parte baixa da cidade, o jardim fica localizado no eixo que liga a Praça 25 de Junho (ficha n.º10) à Praça da Independência, onde se encontra o Conselho Municipal.

Localizado na área central e histórica da cidade, surgem na sua envolvência diversos edifícios de elevado valor patrimonial e carga simbólica, em se destacam: edifícios com funções administrativas locais e centrais como o Conselho Municipal, o Tribunal Supremo (no interior do jardim), a Casa de Ferro (propriedade do Ministério da Cultura), o edifício das Telecomunicações de Moçambique, com funções institucionais, o edifício da Rádio Moçambique e o Centro Cultural Franco-Moçambicano, religiosas, a Sé Catedral e elementos evocativos de arte pública como o *Monumento e Estátua a Samora Machel*.

## DESCRIÇÃO:

O jardim apresenta a forma de um rectângulo seccionado no canto Norte [1], com uma área de implantação de aproximadamente 6,4ha. O acesso ao jardim é feito por seis portões: a Poente pela Av. Samora Machel, o principal [2]; a Norte, Rua da Rádio; a Nascente pela Av. Vlademir Lenine; e três na Av. Zedequias Manganhela, um a meio, que se encontra encerrado, e dois nas esquinas.

Este jardim nasce num local inculto e insalubre, a meia encosta, com uma diferença de nível de 15m, descendente para Sul. Apresenta uma área plana na zona mais baixa, desenvolvendo-se em declive suave na zona central e superior.



1. Fotografia aérea com delimitação do Jardim fonte:Google Earth 2012



2. Arco de estilo manuelino que assinala a entrada principal



3. Perspectiva da parte superior do jardim

O Jardim Tunduro comporta elementos construídos e decorativos de diferentes estilos e épocas, fruto de alterações e beneficiações decorridas ao longo do tempo. O espaço é percorrido por um conjunto de caminhos de desenho rectilíneo na zona central, de que se destaca o eixo que liga a entrada principal à estufa, e por caminhos sinuosos que permitem a visita de todo o jardim, definindo um traçado mais romântico.

Os percursos são pontuados por diversos elementos construídos: um terraço, um caramanchão, pérgulas e elementos de água de diferentes tipologias (lago, tanque, taças de água e fontes [4]). O jardim dispõe também de um coreto de betão [5], um parque infantil que se desenvolve em três patamares e uma estufa com 1900m<sup>2</sup> em ripas de madeira [6]. Para a manutenção do jardim existe uma área de viveiro, localizada no topo Nordeste com 4200m<sup>2</sup>, interdita ao público em geral.

No Jardim Tunduro estão ainda inseridos três espaços autónomos que ocupam cerca de 15% da sua área de implantação, o Clube de Ténis de Maputo, com 6 campos de ténis, cujo acesso se realiza através do jardim, o Tribunal Supremo (antiga Vila Jónia) e o Centro Social da Rádio, ambos com acesso independente.

O copado cerrado transformou o jardim num aprazível retiro sombreado, que pela tranquilidade oferecida, convida ao passeio, à contemplação e reflexão.

Enquanto jardim botânico apresenta um elenco vegetal muito diversificado, com predomínio das espécies arbóreas. A maioria dos exemplares são exóticos mas existem algumas espécies autóctones, que se destacam pela dimensão e imponência [7]. A estufa, outrora um dos *ex-libris* do jardim, encerrou uma colecção de fetos e plantas raras decorativas, de que sobraram poucos exemplares.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO:

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

Thomas Sim num estudo publicado em 1919 escreve *“Twenty years ago, what is now beautiful «Jardim Municipal» at Lourenço Marques consisted of driftsand in the upper portion, and in lower half malarial swamp had cost the town many thousand of lives, and earned his bad reputation.”*

No cinquentenário do jardim, o Eng.º Gomes e Sousa escreve uma notícia comemorativa em que descreve o jardim, as espécies existentes e afirma *“É o único jardim botânico do nosso Império e tem condições para se tornar excelente no género, a par da sua função de recreio. Muitas das suas plantas, mais de cem, principalmente árvores e arbustos já se encontram etiquetadas e esclarecem o público sobre a sua classificação; esse trabalho precisa de ser concluído, a fim de que o jardim possa desempenhar uma das mais importantes funções: a divulgação botânica ”*



4. Exemplar das “Fontes Wallace”, motivo de atracção à época



5. Coreto



6. Interior da estufa com elemento escultórico



7. Ambiência na parte baixa do jardim com árvore monumental da flora autóctone



8. Planta do Jardim Tunduru fonte: FAPF pesquisas de 1998

CRONOLOGIA:

1885 – Fundação da “Sociedade d’arboricultura e Floricultura de Lourenço Marques” para a “*formação de um jardim e arborização do pântano da vila*”

1900 – Abertura ao público

1905 – Construção de 4 campos de ténis

1924 – Construção do arco manuelino em frente à entrada principal do jardim, comemorativo do quarto centenário da morte de Vasco da Gama, que passa a dar o nome ao jardim

1935 – Transferência dos animais integrados no jardim para o Jardim Zoológico (ficha n.º 13)

1939 – Construção do monumento comemorativo da visita do Presidente da República, General Carmona, a Moçambique, erigido em frente à entrada principal, num espaço dependente do jardim

1967 – Abertura da nova estufa

19 ... – Alteração da designação para Jardim Tunduro

1989 – Inauguração do *Monumento e Estátua de Samora Moisés Machel* no local do monumento comemorativo da visita do General Carmona

PROTECÇÃO:

Integrado no conjunto urbano classificado da Baixa da Cidade de Maputo (Decreto-Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro)

BIBLIOGRAFIA:

GOMES E SOUSA, A.F., 1946, Jardins de Moçambique – Jardins de Lourenço Marques, in Moçambique, Documentário Trimestral n.º45, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, pp33-56

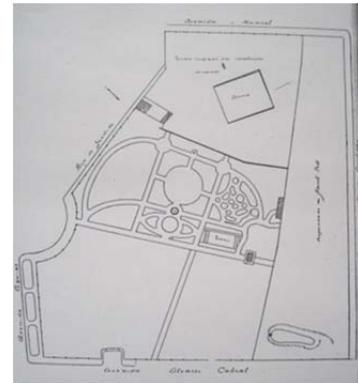
GOMES E SOUSA, A.F., 1961, O Jardim Municipal Vasco da Gama de Lourenço Marques – Notícia comemorativa do seu cinquentenário, in Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia Moçambique, n.º 68, pp59-90

LAGE, L.; CARRILHO, J., (coord.) 2010, Inventariação do Património Edificado da Cidade de Maputo - Catálogo de Edifícios e Espaços propostos para Classificação, Edição FAPF

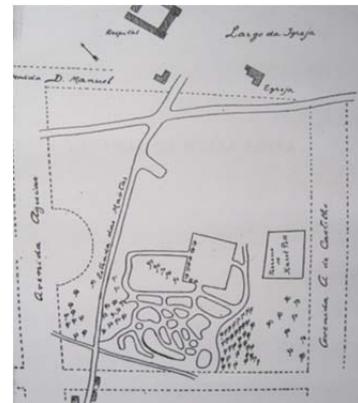
SIM, T., 1919, Flowering Plants and Shrubs for the use in South Africa, Cape Town, in, GOMES E SOUSA, A.F., 1961, O Jardim Municipal Vasco da Gama de Lourenço Marques – Notícia comemorativa do seu cinquentenário, in Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia Moçambique, n.º 68



9. Composição do Jardim Municipal Vasco da Gama em 1961 fonte: Gomes e Sousa, 1961



10. Jardim Municipal em 1909 fonte: Gomes e Sousa, 1961



11. O jardim em 1887 fonte: Gomes e Sousa, 1961

**SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE**

PROPRIEDADE: Pública Municipal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Concelho Municipal – Departamento Edificações, Parques e Jardins (DEPJ)

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

### IDENTIFICAÇÃO

N.º 15

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Jardim da Fortaleza

OUTRAS DESIGNAÇÕES:

COORDENADAS: 25º 58' 28.85''S  
32º 34' 13.63''E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo n.º1)

BAIRRO: Central "C"

ENDEREÇO: Praça 25 de Junho

TIPOLOGIA: Espaço de enquadramento



### CARACTERIZAÇÃO

#### ENQUADRAMENTO:

Localizado na Baixa de Maputo, este espaço, contíguo à Fortaleza de Maputo (Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição), é adjacente à Praça 25 de Junho (ficha n.º 10) a Poente.

O jardim confronta a Norte com a Rua de Timor Leste, a Poente com a Praça 25 de Junho/Av. Samora Machel, a Sul com Av. Mártires de Inhaminga/Rua Ngungunhane e Porto de Maputo, e a Nascente com edificado.

O espaço enquadra a Fortaleza, hoje Museu da História Militar Colonial, local de fundação e marco histórico da cidade. A sua envolvência é marcada pela presença do Porto de Maputo, edifícios de serviços, armazéns e por vias de trânsito automóvel intenso.

#### DESCRIÇÃO:

Apresenta uma configuração próxima de um L, contorna a fortaleza pelos lados Norte e Poente [1], com uma área de cerca de 4400m<sup>2</sup>. A superfície é plana, oferece uma área livre, revestida a relva, na periferia surge uma faixa plantada com Coqueiros (*Cocos nucifera*) [7]. A acompanhar esta "moldura" que individualiza o espaço e faz a transição para as vias e edificado, o espaço é bordejado por uma sebe de Buganvília (*Bougainvillea* spp.).

O acesso ao forte é feito por um caminho que leva à Porta de Armas (lado Poente) e marcado pela existência de uma árvore monumental, Árvore da salsicha (*Kigelia pinnata*) [2], que se destaca pela sua forma, dimensão e significado cultural e histórico.

Apesar da proximidade do estuário, este não é visível devido ao Porto de Maputo se encontrar murado.



1. Fotografia aérea com delimitação do jardim fonte:Google Earth 2012



2. Acesso à fortaleza, em grande plano a Árvore da Salsicha



3. Vista a partir da fortaleza na direcção da Praça 25 de Junho

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO:

1782 - Fundação do presídio

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

*“A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição terá sido, durante muito tempo, o verdadeiro elemento estruturante do presídio. (...) Tudo se processava em volta da fortaleza e da praia onde se desembarcava e onde, mais tarde, veio a surgir a Alfândega, durante muitos anos apenas a sombra de uma árvore onde se instalavam os oficiais que cumpriam as funções alfandegárias.”* (Morais, 2001)

Outrora confinando com as águas do Estuário do Espírito Santo, *“O aterramento do mar ao nível interior da Fortaleza obrigou a fechar com uma cortina o flanco aberto sobre o mar na Fortaleza Velha. Fez-se um passeio de ronda todo à volta. As ameias são agora grossas, todas para peças. (...) O aparelhamento da pedra é fantasioso, pois a Fortaleza primitiva, segundo os cânones das más construções com pedra farelenta, era coberta a cal espessa.”* (Lobato, 1970)

Gomes e Sousa ao falar dos jardins de Lourenço Marques (actual Maputo) refere *“Em frente da porta das armas ainda se conserva uma velha árvore, Kigelia pinnata, relíquia botânica da antiga floresta espontânea, hoje preservada como árvore histórica”*.

CRONOLOGIA:

1782 - Fundação do presídio em madeira e colmo, numa língua de areia envolvida por pântanos

1787 - Reconstrução do fortim em pedra e cal. O fortim foi por diversas vezes reconstruído devido à destruição causada pela proximidade do mar ou por invasões de navegadores estrangeiros que pretendiam ocupar o local.

1851/1867 – Construção da fortaleza assente numa antiga base pertencente ao fortim

1940/1950 - Reconstrução da fortaleza com a forma actual

PROTECÇÃO:

Integrado no conjunto urbano classificado da Baixa da Cidade de Maputo (Decreto-Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro)

BIBLIOGRAFIA:

GOMES E SOUSA, A.F., 1946, Jardins de Moçambique – Jardins de Lourenço Marques, in Moçambique, Documentário Trimestral n.º45, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, pp60-61

LAGE, L.; CARRILHO, J., (coord.) 2010, Inventariação do Património Edificado da Cidade de Maputo - Catálogo de Edifícios e Espaços propostos para Classificação, Edição FAPF

LOBATO, A., 1970, Lourenço Marques Xilunguine – Biografia da cidade, Agência-Geral do Ultramar p.102

MORAIS, J. S., 2001, Maputo – Património da Estrutura e Forma Urbana, Livros Horizonte, p.64



4. Vista do interior da fortaleza na direcção da Rua de Timor Leste



5. Extracto de vista aérea, é identificável a Fortaleza e a *Kigelia pinnata* (Armindo Afonso, s/d) fonte: Lobato, 1970



6. Vista geral sobre a fortaleza (Foto Coimbra, s/d) fonte: Lobato, 1970



7. Planta do Jardim da Fortaleza na actualidade

**SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE**

PROPRIEDADE: Pública Municipal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Concelho Municipal – Departamento Edificações, Parques e Jardins (DEPJ)

---

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

### IDENTIFICAÇÃO

N.º 24

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Av. 10 de Novembro e Av. da Marginal

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Marginal de Maputo

COORDENADAS: 25º 57' 02,32''S  
32º 36' 51,52''E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo nº1), Nihamankulu (antigo nº3) e KaMavota (antigo nº4)

BAIRRO: Central "C", Polana Cimento "A", Sommershield, Polana Caniço "B", Costa do Sol

ENDEREÇO: Av. Marginal e Av. 10 Novembro

TIPOLOGIA: Frente de água



### CARACTERIZAÇÃO

#### ENQUADRAMENTO:

A frente de água de Maputo acompanha o limite Sul e Nascente da cidade numa extensão considerável. Inicia a Sul no pontão do "ferry-boat" para Catembe, percorre a Av. 10 Novembro, contorna a Ponta Vermelha e prolonga-se pela Av. da Marginal, seguindo em direcção a Norte até à ponte da Costa do Sol.

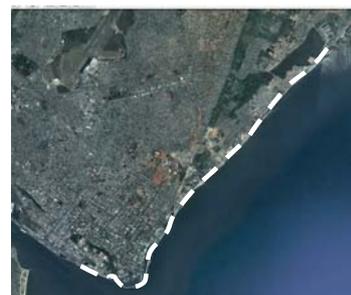
Ao longo do seu percurso a frente de água cruza diferentes ambiências: de Sul para Norte, a Marginal tem início no centro de Maputo, numa zona de edifícios ministeriais, muito próximo do Porto de Maputo; apresenta a face mais urbanizada, quer em termos de envolvente, quer na linguagem arquitectónica adoptada para a frente de água; entre a Escola Náutica até ao "Caracol", a envolvente à Marginal apresenta-se mais naturalizada, confinando com Barreira do Maxaquene (ficha n.º 27).

Para Norte, gradualmente a envolvente vai-se tornando novamente mais urbanizada, intercalando ecossistemas dunares, mangal e praias com tecido urbano de funções residenciais e comerciais, como resultado de uma forte pressão imobiliária.

#### DESCRIÇÃO:

A frente de água desenvolve-se de forma linear, acompanhando de Sul para Norte, o estuário, contorna a Ponta Vermelha e segue ao longo da baía de Maputo numa extensão de 11,7km de comprimento [1] e largura variável (entre os 9 e os 120m), apresentando troços mais largos a Norte.

Esta frente de água é fruto de alguns aterros que foram realizados em diferentes épocas de desenvolvimento da



1. Fotografia aérea com delimitação da Frente de água fonte:Google Earth 2012



2. A Avenida 10 de Novembro com o estuário à direita



3. Condomínio e edifício comercial ao longo da Marginal (2011)

cidade, e da escavação da escarpa da Ponta Vermelha, estando a sua avenida sobrelevada em relação ao nível do mar, uma média de 3,5m.

No seu percurso é observável um gradiente de progressiva urbanização, a Sul um ambiente mais urbano quer na envolvente, quer no desenho do próprio espaço [2] e à medida que se dirige para Norte, surgem áreas mais naturalizadas, atravessando diferentes ecossistemas naturais (praias, dunas, mangais), interpostas com áreas residenciais, com zonas comerciais [3] e de restauração.

Ao longo da sua extensão surgem diversos pontos de referência que marcam o percurso, a Marina, o Jardim do Centenário (ficha n.º 17), o Clube naval, o mural de Naguib “Ode a Samora Machel”, o Centro de Conferências Joaquim Chissano, o Casino e o edifício do “restaurante Costa do Sol”, marco histórico na vida da marginal [4].

A vitalidade deste espaço é patente nas diversas funções que vai recebendo ao longo do seu percurso [5]. Lugar de excelência para recreio e lazer na cidade, a Marginal está pontuada por inúmeros restaurantes, bares e clubes e com alguns equipamentos ligados ao turismo (unidades hoteleiras e o Centro de Conferências Joaquim Chissano).

Esta faixa costeira é rica em actividades humanas de índole recreativa, desde a prática de desporto de praia como o voleibol, futebol, a corrida ou ginástica, à capoeira mas também no mar, a vela e o kitesurf.

Entre a marina e o clube naval é comum observar pescadores no paredão na maré alta [6] e ao longo do troço da baía é comum observar vendedores à beira da estrada, que comercializam desde sofás de palha, materiais de construção, artesanato [7], sendo que nos dias de descanso, marcam presença mais assídua, os vendedores de bebidas [8] e frango na brasa.

A praia é local de apoio à pesca artesanal [9], mas também de banhos, passeio e contemplação, oferecendo um cenário muito apreciado para fotografias de casamento e realização de rituais da igreja sionista [10].

A proximidade da avenida à água, cria diferentes ambiências, ora de visibilidade sobre o plano de água, ora de fechamento pelas árvores que a ladeiam. A sua elevação proporciona um domínio sobre o plano de água e um certo isolamento ao nível do areal, em relação ao tráfego intenso que se faz sentir na via, com particular relevância ao fim-de-semana.

A proximidade do plano de água e a sua extensão, influenciam fortemente a percepção da paisagem, que é apreendida de diferentes formas consoante a agitação marítima, a diferença de marés [12] ou o estado do tempo.

A vegetação acompanha o gradiente de urbanização de Norte para Sul. A Norte surgem Casuarinas (*Casuarina sp.*) plantadas na duna móvel com o objectivo de fixar as areias, por vezes acompanhadas no paredão, por uma fiada de Coqueiros (*Cocos nucifera*) que vão surgindo



4. O edifício Costa do Sol, um dos símbolos de “Art Déco” em Maputo



5. Actividades na praia com vista ao fundo sobre a Ponta Vermelha.



6. Pescadores no paredão ao nível da Ponta Vermelha



7. Artesanato exposto ao longo da Marginal. Uma imagem recorrente.



8. Mulheres vendendo bebidas à beira da estrada

descontinuamente, a Sul dominam os Coqueiros em alinhamentos simples de forma contínua.

A marginal enfrenta dois problemas cruciais uma erosão costeira acelerada [11] e um desenvolvimento explosivo de bairros residenciais, ocupando áreas de elevada sensibilidade ecológica.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: várias

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: *“Logo a seguir ao Clube Naval havia o “Pavilhão da Praia”, um enorme edifício onde havia restaurante e balneários para os banhista trocarem de roupa. Mesmo em frente era o local onde os banhistas faziam praia, com uma vedação de rede metálica como protecção dos tubarões e, no meio, uma estrutura com várias pranchas, a diferentes alturas, para se poder mergulhar para a água.”* (Machado da Graça, 2009) Actualmente resiste apenas uma estrutura de paus visível onde se prendia a rede metálica.

CRONOLOGIA:

1908 – Inauguração do Clube Naval

1910 – Construção da *Rampa da Polana* também conhecida pelo *Caracol*

1915 – Início da construção do aterro do Maxaquene

1938 – Nasce o restaurante Costa do Sol

1968 – Demolição do Pavilhão de Chá da Polana

2007 – Inauguração do mural “Ode a Samora Machel” por ocasião dos 120 anos da cidade

PROTECÇÃO:

Lei 19/97 – Lei das terras

Plano de Estrutura Urbana Município Maputo, 2008

BIBLIOGRAFIA:

MACHADO da GRAÇA, 2009, Marginal de Maputo – Uma estrada com vida, Promédia, Lda



9. Embarcações de pesca artesanal na praia



10. A prática religiosa na praia  
fonte: desconhecida



11. Vestígios da erosão acelerada da linha de costa



12. Aspecto da linha de costa na maré baixa

## SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE

PROPRIEDADE: Pública Municipal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Conselho Municipal de Maputo

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

### IDENTIFICAÇÃO

N.º 27

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Barreira do Maxaquene

OUTRAS DESIGNAÇÕES:

COORDENADAS: 25º 58' 58,79''S  
32º 35' 35,11''E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo nº1)

BAIRRO: Central "C", Polana Cimento "A", Sommershield

ENDEREÇO:

TIPOLOGIA: Espaço de Protecção



### CARACTERIZAÇÃO

#### ENQUADRAMENTO:

A Barreira do Maxaquene é parte de uma extensa arriba costeira que se desenvolve ao longo do Estuário do Espírito Santo numa posição interior, aproxima-se da costa na transição do Estuário para a Baía de Maputo e volta a curvar para o interior ao transpor a cidade de cimento.

A Barreira tem início próximo do Jardim Tunduro (ficha n.º11) percorre cerca de 2km voltada para o Estuário do Espírito Santo (Sul), inflectindo na Ponta Vermelha para a Baía de Maputo (Este) que percorre por 3km, terminando na Praça do Destacamento Feminino.

#### DESCRIÇÃO:

Espaço linear de forma orgânica constituído por uma arriba de altura variável e com cerca de 5km de comprimento [1] faz a transição da cidade alta para a Baixa de Maputo e Av. Marginal.

Apresenta uma encosta de 20 a 50 m de altura, com um ângulo de talude que varia entre os 20 a 40 graus mas atinge 60 graus em algumas áreas.

Em termos geológicos pertence à Era Terciária, "Formação da Ponta Vermelha" constituída por areia siltosa vermelha passando a arenito amarelo, localmente com crusta ferruginosa. Na base do talude aflora a Formação de Xefina (AAVV, 2008).

Apesar da existência de um sistema de drenagem e do revestimento com vegetação arbóreo-arbustiva [4,6], desmoronamentos de terra e pequenos abatimentos na proximidade da crista da arriba revelam instabilidade e problemas de consolidação, conforme diagnosticado no Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo.

A crista do talude é pontuada por diversos espaços verdes que aproveitam a vista proporcionada pela altura da arriba



1. Fotografia aérea com delimitação da Barreira fonte:Google Earth 2012



2. Vista sobre a arriba do lado do Estuário em direcção à Ponta Vermelha fonte:FAPF, 2007



3. Aspecto da escarpa nos anos 60 do lado da baía fonte:<http://delagoabay.wordpress.com/category/l-marquesmaputo/page/2/>

como o Jardim dos Professores (ficha n.º1), o Largo do Miradouro (ficha n.º7), o Jardim dos Namorados e do Paraíso (ficha n.º12), mas também por unidades hoteleiras (Hotel Polana, o Hotel Cardoso e o Hotel Girassol Bahia).

A Barreira é atravessada pela famosa Rampa da Polana que liga o bairro da Polana Cimento à Avenida Marginal [7, 8] em curva e contra-curva.

Na base da Barreira junto ao Clube Naval, ao longo de 700m, surge o mural “Ode a Samora Machel” [6] uma intervenção do artista plástico moçambicano Naguib Abdula em homenagem ao primeiro presidente de Moçambique independente.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO:

-

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

Em 1946, Gomes e Sousa sugere para a Rampa da Polana e terrenos adjacentes: *“A encosta da Polana, que a rampa atravessa, não está ajardinada mas é susceptível de o ser, dando um interessante trabalho da especialidade. A consolidação do terreno e a maior conservação possível da vegetação espontânea; um pequeno alargamento da faixa de rolagem da estrada; finalmente a formação de pequenos jardins em socalcos nos pontos mais apropriados, ao lado da rampa, são elementos indispensáveis para a formação de um parque natural de grande beleza e muito útil para o recreio da população.”*. Esta sugestão acabou por nunca ser considerada, encontrando-se o lado Norte da Rampa urbanizada.

CRONOLOGIA:

1910 – Construção da *Rampa da Polana*

1942 – Consolidação da área da Ponta Vermelha pelas Obras Públicas para garantia da estabilidade dos terrenos destinados ao novo Palácio do Governo-Geral

1954 – Consolidação iniciada com carácter urgente na área da Polana devido a desmoronamento repentino de parte da encosta após chuvada de grande intensidade

1957 - Projecto da consolidação da encosta e seus arruamentos

2007 – Inauguração do mural “Ode a Samora Machel” por ocasião dos 120 anos da cidade

PROTECÇÃO:

Plano de Estrutura Urbana Município Maputo, 2008

BIBLIOGRAFIA:

AAVV, 1995, Jardins e Arborização de Maputo, in Algumas considerações sobre os problemas do ambiente urbano e rural, Caderno n.º2, pp15-16

AAVV,2008, Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo, Volume I – Análise da situação actual

FREIXO, J. P. 1957, Projecto da consolidação da encosta e seus arruamentos (vols. 1 e 2), Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações



4. Sistema de drenagem



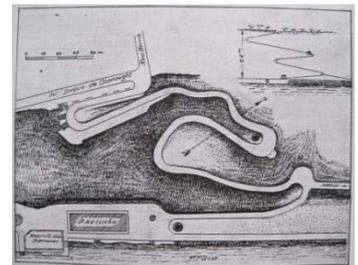
5. Muros de suporte no miradouro



6. Arriba vista da Av. Marginal revestida com vegetação e intervenção de Naguib no muro de espera



7. Corte transversal sobre a zona da Rampa da Polana fonte:AAVV,1995



8. Planta da Rampa da Polana e perspectiva fonte: Gomes e Sousa, 1946

GOMES e SOUSA, A.F., 1946, Jardins de Moçambique – Jardins de Lourenço Marques, in Moçambique, Documentário Trimestral n.º 45, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, pp65-66

---

**SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE**

PROPRIEDADE: Pública Municipal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Concelho Municipal

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

## IDENTIFICAÇÃO

N.º 29

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Paiol de Mahlazine

OUTRAS DESIGNAÇÕES:

COORDENADAS: 25º 51' 58.09''S  
32º 47' 58.78''E

DISTRITO: Urbano/Municipal de KaMubukwana (antigo nº5)

BAIRRO: Paiol

ENDEREÇO:

TIPOLOGIA: Espaço Multifuncional



## CARACTERIZAÇÃO

## ENQUADRAMENTO:

Localizado a Norte da Cidade de Maputo nas proximidades do Rio Infulene, está inserido entre os bairros residenciais periféricos do Zimpeto, a Norte e Nascente, Magoanine, a Norte e Poente, e os bairros de Mahlazine e George Dimitrov (Benfica) a Sul.

Os bairros que rodeiam o paiol apresentam uma área residencial consolidada, com lotes demarcados de forma ortogonal ou de cariz espontâneo, constituídos por habitações carenciadas.

## DESCRIÇÃO:

O espaço do paiol apresenta a forma de um polígono irregular de grande dimensão [1], com uma área aproximada de 550 hectares.

A instalação militar está vedada na sua totalidade com muros de cerca de 3,5m e o acesso ao interior é interdito. A análise da fotografia aérea permite o reconhecimento de caminhos, estruturas militares e de vastas áreas de vegetação. A observação realizada pelo exterior revela indícios de vegetação do estrato arbóreo com alguma expressão [3]. No seu interior é possível encontrar algumas manchas de vegetação natural e semi-natural.

O paiol de Mahlazine tem um vasto historial de explosões, que causaram vítimas humanas e danos materiais nas habitações dos bairros envolventes, estando actualmente em fase de desmantelamento para receber um espaço verde, designado por Parque Ecológico ou “pulmão verde” de Maputo.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: -



1. Delimitação do Paiol sobre fotografia aérea de 2005 fonte:FAPP



2. Delimitação do Paiol sobre vista aérea



3. Aspecto do muro exterior do Paiol

<p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> Neste espaço está previsto um espaço verde, concebido por uma equipa de técnicos do Município de Maputo e Ministérios para a Coordenação da Acção Ambiental e da Defesa, com um vasto programa: um jardim zoológico, um jardim botânico, um centro de pesquisa do ecossistema local, um museu de história militar e outro de ciência e tecnologia, três lagoas, uma área administrativa, restaurantes e lojas, uma oficina de artesanato, um parque infantil, um circuito de manutenção física, um acampamento ao ar livre, um hospital, um posto de polícia e uma torre de observação que permitirá vistas panorâmicas sobre a área.</p> <p><b>CRONOLOGIA:</b> 2008 – O PEUMM prevê a afectação do Paiol a espaços verde 2011 – O Secretariado do Conselho de Ministros anuncia a transformação do Paiol de Mahlazine em Parque Ecológico.</p> <p><b>PROTECÇÃO:</b> Plano de Estrutura Urbana Município Maputo, 2008</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA:</b> Comunicado do Secretariado do Conselho de Ministros aos órgãos de comunicação em 21 Junho de 2011, <a href="http://www.portaldogoverno.gov.mz/comunicados/Comunicado%20da%2021SOCM11.pdf">http://www.portaldogoverno.gov.mz/comunicados/Comunicado%20da%2021SOCM11.pdf</a> em 2012/01/12 Informação oral do Prof. Salomão Bandeira</p>	
--	--

**SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE**

PROPRIEDADE: Pública Estatal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Ministério da Defesa Nacional

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

## IDENTIFICAÇÃO

N.º 31

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Vale das Mahotas

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Mahotas, Baixa das Mahotas, machambas, Área Agro-Pecuária (PEUMM), zona verde, área verde

COORDENADAS: 25º 53' 09,41''S  
32º 37' 57,59''E

DISTRITO: Urbano de KaMavota (antigo nº4) e Urbano de KaMaxaquene (antigo nº3)

BAIRRO: Polana Caniço "B", Costa do Sol, Mahotas, Albasine, 3 de Fevereiro, Laulane, Ferroviário

ENDEREÇO:

TIPOLOGIA: Hortas Urbanas



## CARACTERIZAÇÃO

## ENQUADRAMENTO:

A cidade apresenta cerca de 3027ha de agricultura urbana, distribuída principalmente pelo vale do Infulene e vale das Mahotas, a que correspondem áreas de produção, também designadas de "zonas verdes" ou "cintura verde".

O vale das Mahotas abrange uma vasta faixa de hortas, que se desenvolvem na parte Nascente da cidade de Maputo, paralela à baía e ao rio Incomáti.

A Norte, a área de produção transpõe os limites administrativos da cidade, a Nascente é limitada por bairros residenciais de classes mais desfavorecidas, zonas programadas para a expansão da cidade e áreas húmidas e inundáveis, com mangais, por vezes em estado muito degradado. A Sul confina com o Campo de Golfe da Polana (ficha n.º 2) e a Poente confronta com a ferrovia, à excepção de uma mancha isolada a Sul.

## DESCRIÇÃO:

Este conjunto de hortas é composto por três núcleos um maior e 2 mais pequenos de grande proximidade. Apresentam a forma de um polígono irregular alongado [1] com a direcção NE/SO abrangendo uma área aproximada de 1600ha, tendo o maior polígono 11km de comprimento, com uma ligeira pendente no sentido Poente/Nascente.

As Mahotas estão localizadas numa área de terras baixas, de depósitos aluvionares e solos orgânicos hidromórficos, os *machongos*, de cotas altimétricas entre os 2 e 4 m, com níveis freáticos elevados. Estas características conferem uma boa aptidão para a horticultura intensiva, no entanto, o elevado



1. Fotografia aérea com delimitação a fino da cidade e tracejado das Mahotas fonte:Google Earth 2013



2. Talhões irregulares entre o campo de golfe e o autódromo. fonte:Google Earth 2013

nível freático condiciona a produção à estação seca devido a inundações, tornando-se uma actividade sazonal.

A exploração da terra está dividida em numerosas machambas familiares de aproximadamente 300m<sup>2</sup> ou entregues a uma cooperativa ou associação, variando a sua forma e dimensão (valores de referência em associações entre os 30ha e os 150ha (Siteo, 2010)) [2,3]. A separação entre talhões, regra geral, é realizada por uma sebe viva de canas, pontuada por árvores.

A agricultura desenvolvida funciona com base em associações, cedendo aos produtores associados parcelas para a exploração familiar, fornecendo sustento para muitas famílias.

Os principais produtos produzidos são hortícolas: couve, repolho, alface (muitas vezes alcançando 8 ciclos num ano), cebola, beringela, feijão-verde, cenoura, pimento e beterraba.

Esta área em conjunto com o vale do Infulene é o maior fornecedor de produtos frescos da cidade. A produção hortícola, frutícola e de carne (aves) abastece os mercados da cidade, assegura alguma exportação e permite a produção para consumo próprio.

Além da sua importância na produção alimentar, social e económica, acresce em termos biofísicos, a preservação das características e funções do território contribuindo para o equilíbrio do sistema ecológico da cidade.

A área tem sofrido alguma diminuição devido à pressão imobiliária, através da execução de aterros e escavações, e posterior construção em solos de grande aptidão agrícola. Outro dos problemas que se coloca é o aumento da salinidade da água na área de cultivo, explicado, segundo alguns produtores, pela abertura das comportas na zona das salinas.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: s.d.

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

Nos anos 80 para fazer face ao desemprego massivo e falta de produtos alimentares o governo organiza cooperativas agrícolas nas “áreas verdes” em Maputo e arredores. Os produtores eram maioritariamente do sexo feminino, com baixos rendimentos, de origem rural ligados a uma agricultura de subsistência. (Cruz e Silva, 2002; FAO, 2012)

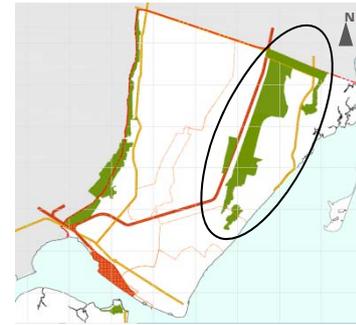
Nos anos 90 a União Geral de Cooperativas Agro-pecuárias de Maputo (UGC), através dos seus associados num quarto da área da cidade, produzia cerca de 200 000 galinhas e 5000 toneladas de vegetais.

CRONOLOGIA:

Anterior a 1975 – Antes da independência, a área estava ocupada por pequenos e médios proprietários agrícolas colonos, para além de numerosos camponeses familiares distribuídos em pequenas parcelas de terreno,



3. Talhões mais regulares de menor dimensão. fonte:Google Earth 2013



4. Extracto da Carta Agrícola do PEUMMM com as Áreas de Agro-pecuária a verde e a área das Mahotas assinalada. fonte: PEUMM, 2008

desenvolvendo actividades agro-pecuárias que permitiam o abastecimento da cidade em hortícolas, frutas e pequenas espécies animais.

1980 – Governo compromete-se com a protecção de “Zonas Verdes” abrangendo áreas de agricultura urbana e peri-urbana. É criado o Gabinete das Zonas Verdes da cidade de Maputo (GZV) com o objectivo de “dar conhecimentos administrativos e técnicos às cooperativas e agricultores privados sediados nestas áreas.”. Nasce ainda a UGC, fruto da relação das cooperativas com o GZV, estimulada pelo Padre Prosperino Gallipoli (Cruz e Silva, 2002).

1981 – Primeiro centro de formação para camponeses nas Mahotas pela UGC.

1990 – UGC é transformada em empresa cooperativa

2008 – PEUMM delimita uma Área Agro-Pecuária e define regras de ocupação e utilização

**PROTECÇÃO:**

Plano de Estrutura Urbana Município Maputo, 2008 - Medidas preconizadas no regulamento (Art.º 11, 74, 75, 76) Lei n.º 19/1997 Lei de Terras

**BIBLIOGRAFIA:**

CRUZ e SILVA, T., 2002, União geral das Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção?’, *in* Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Civilização Brasileira, pp401-434.

FAO, 2012, *Growing greener cities in Africa*. First status report on urban and peri-urban horticulture in Africa. Food and Agriculture Organization of the United Nations, pp71-73.

PLANO DE ESTRUTURA URBANA MUNICÍPIO MAPUTO, 2008, Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat/Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, Conselho Municipal de Maputo

SITOE, T., 2010, Diversificação produtiva e de actividades de geração de renda: Uma análise da produção hortícola no cinturão verde da cidade de Maputo-Região Sul de Moçambique, Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

**SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE**

PROPRIEDADE: Pública Estatal/Municipal

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Unidades produtivas, Cooperativas agrícolas, Associações agrícolas, Casas agrárias e exploração familiar

---

## Inventário dos Espaços Abertos Públicos de Maputo

## IDENTIFICAÇÃO

N.º 33

DESIGNAÇÃO OFICIAL: Cemitério S. Francisco Xavier

OUTRAS DESIGNAÇÕES: Cemitério da Ronil

COORDENADAS: 25º 57' 44.82''S  
32º 34' 30.05''E

DISTRITO: Urbano de KaMpfumo (antigo nº1)

BAIRRO: Central "A"

ENDEREÇO: Av. Karl Marx

TIPOLOGIA: Cemitério



## CARACTERIZAÇÃO

## ENQUADRAMENTO:

O cemitério está localizado no interior do planalto, próximo do Alto do Maé, numa zona central da cidade, junto ao cruzamento da Av. Maguiguana com a Av. Karl Marx, eixos estruturantes entre o centro e o subúrbio.

Situado numa área de tecido urbano consolidado de funções comerciais, serviços e residenciais, com edifícios de cêrcea variada (por vezes superior a 8 pisos) e por moradias.

O cemitério é limitado pelas, Av. Maguiguana, a Norte, Av. Filipe Samuel Magaia a Poente, Av. Eduardo Mondlane, a Sul, e a Av. Karl Marx, a Nascente. Na sua envolvência, a Norte, encontram-se alinhados os Cemitérios Parse, Maometano e Hebraico, todos com entrada pela Av. Maguiguana, ao contrário do Cemitério de S. Francisco de Xavier que tem entrada pela Av. Karl Marx [2].

## DESCRIÇÃO:

O cemitério ocupa todo um lote rectangular, correspondente a um quarteirão [1], abrangendo uma área de cerca de 3,46ha, murada, com um acesso único pela Av. Karl Marx.

Localizado numa zona plana, desenvolve-se em talhões quadrangulares, recebendo os seus talhões jazigos subterrâneos, mausoléus, pedras tumulares, campas [3]....

Durante o seu período de funcionamento o cemitério recebeu maioritariamente estrangeiros de religião cristã.

A existência de alguns elementos de cariz artístico levou a ponderar a transformação do cemitério como monumento a preservar, reconvertendo-o em Panteão Nacional, no entanto até ao momento não existe qualquer iniciativa nesse sentido.

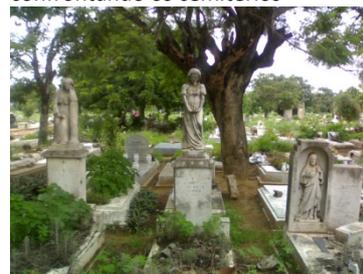
O Cemitério é pontuado esparsamente por árvores de diferentes portes, e espécies variadas, Coqueiro (*Cocos nucifera*), Mangueira (*Mangifera indica*), Pinheiro de Cook



1. Fotografia aérea com delimitação do Cemitério fonte:Google Earth 2012



2. Aspecto da Av. Maguiguana confrontando os cemitérios



3. Campas exibindo figuras humanas de estilo romântico

(*Araucaria columnaris*), entre outras.

DATA DE CONSTRUÇÃO/ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO:

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

CRONOLOGIA:

1947 – Construção da Capela Depósito e da “Secretaria da Administração” (PGULM, 1952)

1948 – Construção da Capela Nova (PGULM, 1952)

1955 – Encerrado à prática das inumações na terra a 5 de Janeiro, recebendo corpos para jazigos e sepulturas até 1974

2012 – Recuperação de inscrições nas cabeceiras das campas nos talhões da “I Grande Guerra” por parte da Liga dos Combatentes Portugueses

PROTECÇÃO:

-

BIBLIOGRAFIA:

“Conservação das Memórias - Moçambique (Maputo) - Recuperação de Talhões de Combatentes” acedido em [http://www.ligacombatentes.org.pt/arquivo\\_de\\_noticias/mais/491](http://www.ligacombatentes.org.pt/arquivo_de_noticias/mais/491) a 1/05/2013

PGULM, 1952, Aguiar, J. (coord.), Gabinete de Urbanização do Ultramar

SERRA, C., 2007, “O monumental saque dos mortos e da história (1)”, acedido em : <http://oficinadesociologia.blogspot.pt/2007/12/o-monumental-saque-dos-mortos-e-da.html#ixzz24lsc7sod> a 1/05/2013



4. Talhão da I Grande Guerra, antes e depois da sua recuperação em 2012  
fonte: [http://www.ligacombatentes.org.pt/arquivo\\_de\\_noticias/mais/491](http://www.ligacombatentes.org.pt/arquivo_de_noticias/mais/491) acedido a 1/05/2013

#### SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE

PROPRIEDADE: Pública (Municipal)

GESTÃO E MANUTENÇÃO: Concelho Municipal

## 4. CONCLUSÃO

A relação entre a fisiografia do sítio e o carácter da morfologia urbana vertida nas tipologias é moderada na cidade de Maputo. Em certas tipologias, como a rua, a praça ou o jardim, a influência da fisiografia do sítio não é determinante, mas fruto das regras estabelecidas no plano de ordenamento que lhes deu origem.

Noutros espaços essa relação torna-se mais forte quando se analisam tipologias que pela suas definição ou carácter de dependência do território, são exemplos os diferentes habitats naturais mas também os miradouros ou hortas urbanas.

A cidade de Maputo revela a existência de um sistema de espaços abertos públicos bem desenvolvido no centro da cidade mas consoante se avança para a periferia carece, a par das infraestruturas básicas, de espaços abertos públicos em qualidade e quantidade. Este cenário ilustra o reduzido investimento público, fruto das condições próprias de um país em vias de desenvolvimento que passou por um processo de descolonização, seguido de guerra civil relativamente recentes.

Nos últimos anos, a situação gradualmente tem vindo a alterar-se. A administração local tem vindo progressivamente a encontrar soluções para a gestão e manutenção dos espaços existentes, no entanto, a resolução das carências ao nível da periferia avançam muito lentamente dado a complexidade e dimensão do problema.

Os espaços abertos públicos no centro da cidade apresentam-se como importantes espaços de descompressão, recreio e convívio. Dominantemente “verdes” ganham importância na regulação microclimática e purificação do ar, mas na periferia, onde se localizam os bairros carenciados, estes espaços são quase inexistentes e substituídos pelos nas suas funções pelos espaços privados, institucionais ou por habitats seminaturais e hortas urbanas.

A vegetação nos bairros carenciados apresenta para além das funções anteriormente descritas, a produção alimentar e amenizam o espaço privado para a prática das atividades realizadas ao ar livre.

Os espaços abertos representam assim um importante sistema de valor compositivo, social, ambiental e económico contribuindo com referências imprescindíveis para a leitura e identidade da cidade.

O inventário dos espaços abertos públicos de Maputo sistematizou informação escrita e imagens que permitem a sua caracterização, existindo ainda alguma informação com interesse por utilizar nas fichas de levantamento.

Apesar da relevância do material recolhido foram encontradas algumas dificuldades: a falta de informação histórica, a divergência entre dados acerca dos espaços públicos e a dispersão geográfica dos arquivos quer em Portugal, quer em Maputo.

A pesquisa efetuada em Portugal decorreu em arquivos dispersos onde não raras vezes o acesso é restrito ou de difícil recolha de informação. As condições de pesquisa nos arquivos em Moçambique eram semelhantes, senão mais difíceis, dado o processo a organização de dados, por vezes ainda ser incipiente, que aliado ao tempo disponível na cidade remeteu a maioria da pesquisa para os arquivos portugueses. Estes fatores condicionaram o preenchimento de determinados parâmetros das fichas que concorrem para a caracterização dos espaços.

A recolha, sistematização e registo destes espaços proporcionou ainda a elaboração de um “embrião” de uma base de dados informatizada georreferenciada que poderá ser de grande interesse para futuros estudos e contribuir para uma melhor gestão do espaço e planeamento urbano.

Não sendo este o objetivo principal do trabalho, ao verificar a falta de informação sistematizada e concentrada num só documento, foi elaborada uma base de dados geoespacial com informação que contribuirá para uma análise ao nível do planeamento urbano. Esta base de dados será disponibilizada à FAPF da UEM para posterior utilização.

Finalizada esta fase do estudo foram detetadas debilidades e questões em aberto que é necessário desenvolver para um melhor conhecimento da realidade Maputense. A análise dos espaços abertos e o seu inventário não estão completos, o condicionamento a um universo maioritariamente localizado no centro da cidade e às tipologias mais representativas nesse mesmo espaço, conduz a um inventário representativo do centro mas não exaustivo da cidade. Fora do inventário, ficaram grande parte dos espaços abertos da periferia.

Em aberto fica ainda uma investigação aprofundada sobre os espaços abertos privados da cidade. Na leitura efetuada foi evidenciada a falta de espaços abertos públicos, quer em quantidade, quer em qualidade, na periferia da cidade, no entanto este fato é em parte compensado pelo espaço privado.

## 5. BIBLIOGRAFIA

AAVV, 1995, “Contributo para o Estudo do Planeamento Urbano da Grande Maputo”, in: “Algumas considerações sobre os problemas do ambiente urbano e rural”, Edição FAPF Universidade Eduardo Mondlane [Texto policopiado]

AAVV, 1995, “Os jardins públicos da cidade: entre o abandono e o desaparecimento”, in: “Algumas considerações sobre os problemas do ambiente urbano e rural”, Edição FAPF Universidade Eduardo Mondlane [Texto policopiado]

ADJAYE, D., ALLISON P., 2011, “Adjaye Africa Architecture: A Photographic Survey of Metropolitan Architecture”, 7 Volumes, Thames & Hudson

ALCOFORADO, M.J. (coord.), *et al*, 2009, “Alterações climáticas e desenvolvimento urbano”, Série “Política de cidades – 4”, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

ALFAIATE, M.T., 2000, “Expressão dos valores do sítio na paisagem”, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

ALFAIATE, M.T., 1992 [1], “Sistematização da paisagem urbana. Sua contribuição nas opções metodológicas e programáticas do Plano Verde da Cidade de Lisboa”, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia [Texto policopiado]

ALFAIATE, M.T., 1992 [2], “Fisiografia, morfologia urbana e tipologias” Relatório de aula da licenciatura Arquitetura Paisagista, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia [Texto policopiado]

“Atlas de Moçambique”, 2009, Editora Nacional de Moçambique

BANDEIRA, S., BOLNICK, D., BARBOSA, F., 2007, “Flores nativas do Sul de Moçambique” Universidade Eduardo Mondlane

BARBOSA, J.M., 1993, “Da praça pública em Portugal”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora

BATLLE, E., 2011, “El jardín de la metrópoli – Del paisaje romántico al espacio libre para una ciudad sostenible”, Editorial Gustavo Gili

BORJA, J., 2003, consultado em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Espa%C3%A7o\\_p%C3%BAblico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Espa%C3%A7o_p%C3%BAblico) a 05/02/2013

BORJA, J., MUXI, Z., 2003, “El Espacio Público: Ciudad y Ciudadania”, Electa

BRANDÃO, F., Chaves, I., 2006, in “Gulbenkian, Arquitectura e Paisagem”, Fundação Calouste Gulbenkian

BRANDÃO, P. (coord.), 2002, “O chão da cidade, Guia de avaliação do design de espaço público”, Centro Português de Design

BRANDÃO ALVES, F. M., 2003, “Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica”, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia

BURGESS, J., HARRISON, C.M., LIMB, M., 1988, “People, parks and the urban green: a study of popular meanings and values for open spaces in the city”, *Urban Stud.* 25, pp455–473

CALDEIRA CABRAL, F., 1993, “Fundamentos da Arquitectura Paisagista”, Instituto da Conservação da Natureza

CALDEIRA CABRAL, F., 1980, “O *continuum naturale* e a conservação da natureza”, in *Conservação da Natureza*, Serviço de Estudos do Ambiente

CAMBON, P. (coord), 2008, “Cahier de l’espace public/Prescriptions Generales”, Vol.1, Mairie de Toulouse, <http://www.toulouse.fr/cadre-vie/cahiers-espace-public/> acedido em 07/09/2012

CANCELA D’ABREU, M. M., 1976, “Contribuição para o planeamento dos espaços verdes urbanos e de recreio”, Relatório Final do Curso de Arquitectura Paisagista, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

CAPELÃO, J., 2012, “Projecto Urbano Carnide | Av. Lusíada | Benfica - Infra-estrutura, Espaço Público, Continuidade Urbana”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico

CARAPINHA, A., 2010/2011, “País enquanto paisagem”, in *Revista AP n.º6*, APAP

CARAPINHA, A., 1995, “Da essência do jardim português”. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora

CARITA, H., CARDOSO, H., 1990, “Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte”, *Círculo de Leitores*

CORREIA, J., FERNANDES, J.M., LAGE, L., s/d, "Património de Influência Portuguesa - Maputo, Moçambique - Enquadramento Histórico e Urbanismo", <http://www.hpip.org/def/pt/Conteudos/Navegacao/NavegacaoGeograficaToponimica/Localidade?a=330>, acessado em 25/01/2013

CRUZ e SILVA, T., 2002, "União geral das Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção?", in Boaventura de Sousa Santos (org.), "Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista", Civilização Brasileira, pp401-434

CULLEN, G., 1988, "Paisagem urbana", Edições 70

DALBEM, R., 2011, "Espaços abertos: definição de conceitos e mapeamento: uma proposta metodológica para a classificação em áreas urbanas", Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra

DGOTDU, 2005, "Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território", Coleção Informação, 8, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

"Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea", 2001, 2 volumes, Academia das Ciências de Lisboa, Verbo

DOMINGUES, A., 2010, "A rua da estrada", Dafne Editora

EEA, 2011, "Green infrastructure and territorial cohesion", Technical report n.º 18/2011, European Environment Agency

FADIGAS, L., 2010, "Urbanismo e Natureza – os desafios", Edições Sílabo

FAO, 2012, "Growing greener cities in Africa. First status report on urban and peri-urban horticulture in Africa", Food and Agriculture Organization of the United Nations

FARIA, M. T., 1971, "Principais componentes arbóreas da flora dos arruamentos de Lourenço Marques", Comunicações 67, Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique

FARINHA-MARQUES, P., et al., 2012, "Green space typologies in the city of Porto", in PINTO da SILVA, M. (coord.). 'EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Actas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design', Porto, FAUP

FARINHA-MARQUES, P., et al., 2011, "Morfologia e Biodiversidade nos Espaços Verdes da Cidade do Porto - Livro 1: Selecção das áreas de estudo", CIBIO

FAUSOLD, C., LILIEHOLM, R., 1996, "The economic value of open space: a review and synthesis", Research Paper, Lincoln Institute of Land Policy

FERREIRA, A. A., 2007, "Moçambique: 1489-1975", Prefácio

FERREIRA, A., 2006, "Obras públicas em Moçambique - Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961", Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra

FERREIRA, M., 2011, "Evolução do projecto de jardins zoológicos em arquitectura paisagista – Conceitos e Critérios. Caso de estudo – Projecto para os habitats dos gorilas-ocidentais-das-terras-baixas, dos colobos-guereza-kikuyu e dos chimpanzés no Jardim Zoológico de Lisboa", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

FREIRE, M.C., 2012, "The reason why the rossios should be reinvented in the contemporary city", in PINTO da SILVA, M. (coord.). 'EURAU12 Porto | Espaço Público e Cidade Contemporânea: Actas do 6º European Symposium on Research in Architecture and Urban Design', Porto, FAUP

FREIRE, M.C., 1999, "Rossios – do significado urbano, Um caso estudo. O Rossio de Évora", Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora

GARCIA, F. (coord.), 2005, "Atlas da Lusofonia – Moçambique", Instituto Português da Conjuntura Estratégica e Editora Prefácio

GOMES DA SILVA, J., 1993, "O espaço da Paisagem", Trabalho de síntese destinado às provas de aptidão e capacidade científica, Universidade de Évora [Texto policopiado]

GOMES e SOUSA, A.F., 1946, "Jardins de Moçambique - Jardins de Lourenço Marques" in Moçambique, Documentário Trimestral n.º45, Imprensa Nacional de Moçambique

GRUEHN, D., BUDINGER, A., 2012, "Development of green areas in Frankfurt and their economic benefit", in Proceedings of ECLAS 2012 - The power of Landscape, ECLAS 2012 Press, p406

HAUSER, A., 1977, "On the origins and meaning of gardens", in, Anthos n.º 1, pp1-9

HENRIQUES, C., 2008, "Maputo. Cinco décadas de mudança territorial. O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica", IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ISIDRO, E. 2009, "Metodologia de caracterização e classificação de jardins públicos de interesse patrimonial – Aplicação à cidade de Lisboa", Relatório do Trabalho de Fim de Curso em Arquitectura Paisagista, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

JACKSON, Peter S. W., 1999, "Experimentation on a Large Scale – An Analysis of the Holdings and Resources of Botanic Gardens". *BGCNews* (Richmond, UK: Botanic Gardens Conservation International) 3(3): 53–72, <http://www.bgci.org/resources/article/0080>, acessado em 03/08/2012

JACOBS, J., 1972, "The death and life of great American cities", Penguin Books

JELICOE, G., JELICOE, S., 1995, "The landscape of man: shaping the environment from prehistory to the present day", Thames and Hudson, Lda

KRIER, L., 1999, "Arquitectura: Escolha ou fatalidade", Estar-Editora

KRIER, R., 1975, "L'espace de la ville. Théorie et pratique", Editions Archives d'Architecture Moderne

LAGE, L., CARRILHO, J., 2010, "Inventariação do Património Edificado da Cidade de Maputo - Catálogo de Edifícios e Espaços propostos para Classificação", Edição FAPF [documento digital]

LAMAS, J.R.G., 1993, "Morfologia urbana e desenho da cidade", Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e tecnológica

Landscape Institute, 2009, "Green infrastructure: connected and multifunctional landscapes – position document", <http://www.landscapeinstitute.org/PDF/Contribute/GreenInfrastructure/positionstatement13May09.pdf>, acessado em 11/01/2011

LYNCH, K., 2010, "A boa forma da cidade", Edições 70

LYNCH, K., 1989, "A imagem da cidade", Edições 70

MADALENO, I.M., 2002, "A cidade das mangueiras: Agricultura urbana em Belém do Pará", Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

MADUREIRA, H., ANDRESEN, T., MONTEIRO, A., 2011, "Green structure and planning evolution in Porto". *Urban Forestry and Urban Greening* 10

MAGALHÃES, M. R.(coord.), 2007, “Estrutura ecológica da paisagem. Conceitos e delimitação – escalas regional e municipal”, Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista – “Prof. Caldeira Cabral”, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, ISAPress

MAGALHÃES, M.R., 2001, “*A arquitectura paisagista, morfologia e complexidade*”, Editorial Estampa

MAGALHÃES, M.R., 1992 [1], “Espaços verdes urbanos”, Direcção-Geral do Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território

MAGALHÃES, M.R., 1992 [2], “Estrutura verde urbana. Conceitos, normativa e aplicação à zona periurbana de Lisboa (margem Sul)”, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia [Texto policopiado]

MAKSYMIIUK, G., 2012, “Influence of green areas location on the market value of real properties located in their vicinities”, in Proceedings of ECLAS 2012 - The power of Landscape, ECLAS 2012 Press, p411

MARSHALL, S., 2005, “Streets and patterns”, SPON Press

MASSINGA, J., 2005, “Analysis of implementation constraints for planning programs: a case study of the city of Maputo, Mozambique”, Dissertação de Mestrado, University of KwaZulu-Natal

MATOS, R.S., 2010, “Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora

MATTOSO, J. (Dir.), 2010, “África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Património de origem Portuguesa no mundo, Arquitectura e Urbanismo”, Fundação Calouste Gulbenkian

MCHARG, I., 2000, “Proyectar com la naturaleza”, Editorial Gustavo Gili

MENDES, M.C. (coord.), 2006, "Urbanismo Colonial - Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974." Projeto de Investigação da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia

MENDES, M.C., 1980, “Maputo antes da independência. Geografia de uma cidade colonial”. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa

MENDES DE ARAÚJO, M., 1999, “Cidade de Maputo – Espaços contrastantes: do urbano ao rural”, Finisterra, XXXIV, n.º 67-68

MOMADE, F., FERRARA, M., TOMÁS DE OLIVEIRA, J., 1996, “Carta Geológica 2532 D3 de Maputo à escala 1/50000” e respetiva notícia explicativa, Direcção Nacional de Geologia, Ministério dos Recursos Minerais e Energia, República de Moçambique

MONTEZ, C, 2009, “Valor dos espaços verdes da cidade”, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro

MORAIS, J.S., 2001, “Maputo, Património da estrutura e forma urbana, Topologia do lugar”, Livros Horizonte

MORANCHO, A., 2003, “A hedonic valuation of urban green areas”, *Landscape and Urban Planning*, Vol. 66, pp35-41

MOUGHTIN, C, 2003, “Urban design: Street and square”, Architectural Press

MUMFORD, L., 1998, “A cidade na história”, Martins Fontes

PARDAL, S., CORREIA, P., LOBO, M. Costa, 1991, “Normas Urbanísticas. Desenho Urbano. Apreciação de Planos. Perímetros Urbanos”, Volume II, DGOTDU – UTL

PIMENTEL, J., 2012, “The power of shade – the green infrastructure in African slums. Maputo’s case study”, in *Proceedings of ECLAS 2012 - The power of Landscape*, ECLAS 2012 Press, pp 224-228

RIBEIRO TELLES, G., 2002, “A perca da complexidade da paisagem portuguesa”, in *Jornal Arquitectos* n.º 206, Ordem dos Arquitectos (Portugal)

RIBEIRO TELLES, G. (coord.), 1997, “Plano Verde de Lisboa, Componente do Plano Director Municipal de Lisboa”, Edições Colibri

RIBEIRO TELLES, G., 1995 [2], “Do jardim paisagista aos nossos dias”, *Casa Decoração*, n.º120, pp. 112-114

RIBEIRO TELLES, G., 1995 [1], “Reflectindo sobre o jardim: Um pouco de história”, *Casa Decoração*, n.º119, pp. 104-107

RIBEIRO TELLES, G. *et al*, 1992, “Espaço livre e Estrutura da Paisagem Urbana”, DPBP, Universidade de Évora

RIBEIRO TELLES, G., 1992, “Um novo conceito de paisagem global. Tradição, confrontos e futuro”, Lição proferida na Universidade de Évora por ocasião da sua jubilação

RODRIGUES, M.J., FIALHO DE SOUSA, P., BONIFÁCIO, H.M., 1996, “Vocabulário técnico e crítico de arquitectura”, Quimera

ROMERO, M., 2001, “Arquitetura bioclimática do espaço público”, Editora Universidade de Brasília

ROSSI, A., 1982, “La arquitectura de la ciudad”, Editorial Gustavo Gili

SANDSTRÖM, U, 2002, “Green Infrastructure Planning in Urban Sweden”, *Planning Practice & Research* 17(4), pp373-385

SARAIVA, G., 1999, “O Rio como paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território”, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia

Sukopp H., 2002, “On the early history of urban ecology in Europe”, *Preslia, Praha*, 74, pp373–393.

SIMÕES, P., 1998, “Paisagens, Uma experiência”, Trabalho de Fim de Curso em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora

SITOE, T., 2010, “Diversificação produtiva e de actividades de geração de renda: Uma análise da produção hortícola no cinturão verde da cidade de Maputo-Região Sul de Moçambique”, Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TORMENTA PINTO, P., MILHEIRO, A.V., 2012, “From Monumentality to Diversity – Maputo between the urban plans of Aguiar and Azevedo (1950-1970)”, 15th International Planning History Society Conference, São Paulo

TZOULAS, K. et al., 2007, “Promoting ecosystem and human health in urban areas using Green Infrastructure: a literature review”, *Landscape and Urban Planning* n.º81, pp167-178

VIANA, D., BRANDÃO ALVES, F., 2006, “Maputo, From the colonial paradigm to the *peripheralization* of the contemporary urban space”, MALUSARDI (coord.), revista *URBANISTICA pvs – Developing Countries*, n.º42/43, Periódico dell’Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, Dipartimento di Pianificazione Territoriale e Urbanistica

VIANA, D., SANZ, J., 2011, “Condições e limites da transformação urbana da capital de Moçambique a partir da independência: Ensaio sobre o desenvolvimento [in]formal da cidade de Maputo”, Prémio para ensaios sobre temas africanos – Casa África 2010.

ZUYLEN, G. VAN, 1994, "Tous les jardins du Monde", Gallimard

#### Instrumentos de gestão territorial

"Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques", 1969, Azevedo, M. (coord.), Conselho Municipal de Lourenço Marques

"Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo", 1999, Arcadis Euroconsult, Institute for Housing and Urban Studies (IHS), JTK Associates

"Plano de Estrutura da Cidade de Maputo", 1985, Instituto Nacional de Planeamento Físico

"Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo", 2008, Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat/Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, Conselho Municipal de Maputo

"Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques", 1952, Aguiar, J. (coord.), Gabinete de Urbanização do Ultramar